



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 054

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE MAIO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 054

51ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva:..... 02

Presenças:..... 02

Abertura da Sessão: 03

Expediente:

Comunicado 03

Representação 03

Indicações 04

Requerimentos 06

Projetos de Lei 10

Pequeno Expediente:

Dep. Elton Welter 17

Dep. Luciana Rafagnin 18

Dep. Elio Rusch 19

Dep. Tadeu Veneri..... 20

Dep. Douglas Fabrício 21

Dep. Pastor Edson Praczyk..... 22

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto..... 23

Dep. Antonio Belinati 27

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PRB/PSB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk.....22

Liderança do PMDB

Dep. Valdir Rossoni29

Liderança do Bloco PPS / PMN

Dep. Felipe Lucas31

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello.....32

Liderança da Oposição

Dep. Marcelo Rangel34

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente35

Discussão/Votação

Redação Final36

2ª Discussão36

1ª Discussão37

Requerimentos38

Encerramento da Sessão40

Transcrições.....40

Publicações Administrativas:

Pregão Eletrônico.....42

DIÁRIO Nº 054

51ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 51ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 MAIO DE 2009

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretário pelos Srs. Deputados Teruo Kato e Luiz Nishimori.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Ney Leprevost, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes

Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (51).

Ausentes os Srs. Deputados: Luiz Eduardo Cheida, e Miltinho Puppio (02).

Em licença médica o Sr. Deputado Ribas Carli Filho (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Comunicado

Informo aos Srs. Deputados que a proposta de Emenda da Constituição nº 039/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, que objetiva alterar o artigo 173 e a denominação do capítulo VIII da Constituição Estadual do Paraná, já foi publicada no Diário da Assembleia.

De acordo com o artigo 192 do Regimento Interno esta aberto o prazo de três dias para a apresentação de emendas.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Representação

EXMO. SR. DEPUTADO NELSON JUSTUS PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Jocelito Canto, Deputado Estadual, vem respeitosamente perante V. Exa., nos termos do artigo 253 do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresentar:

REPRESENTAÇÃO

em face dos Deputados Péricles de Mello, Pedro Ivo, Luciana Rafagnin, Elton Welter, Tadeu Veneri, Professor Lemos, Luiz Carlos Martins, Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, Elio Rusch, Plauto Miró, Cida Borghetti, Ademair Traiano, Antonio Belinati, Reni Pereira, Valdir Rossoni, Ney Leprevost, Fernando Carli Filho, Fernando

Scanavaca, Augustinho Zucchi e Pastor Edson Praczyk, a ser encaminhado ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para que sejam tomadas providências cabíveis pelos fatos e fundamentos adiante expostos:

I- Fatos e Fundamentos

Quando da discussão do Projeto de Lei nº 186/09, de autoria do Poder Executivo, que concede reajuste salarial aos funcionários públicos civis e militares daquele Poder, os Deputados acima citados apresentaram emendas ao citado projeto com o objetivo, entre outros, de majorar o percentual de 6% (seis por cento) apontado por aquele Poder.

A propositura destas emendas desrespeitou preceitos constitucionais, legais e regimentais, quais sejam:

Segundo o artigo 68, inciso I, da Constituição do estado do Paraná:

Art. 68. Não é admitido aumento de despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvadas as emendas ao projeto de lei do orçamento anual, quando compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual:

Ainda, a Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, intitulada de Lei de Responsabilidade Fiscal em seus artigos 15 a 18 dispõe que:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta lei complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa o objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º *Ressalva-se do disposto neste artigo neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.*

§ 4º *As normas do caput constituem condição prévia para:*

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o 3º do artigo 182 da Constituição.

Art. 18. *Para os efeitos desta lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.*

§ 1º *Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".*

§ 2º *A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.*

Art. 19. *Para os fins do disposto no caput do artigo 169 da Constituição, a despesa total com pessoa, em casa período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:*

I - União: 50% (cinquenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

II - Municípios: 60% (sessenta por cento).

Desta forma, a apresentação de tais emendas, cuja fictícia aprovação provocaria aumento da despesa, não bastasse denotar conflito de competência, pode ainda configurar lesão ao patrimônio público.

Assim sendo, ao apresentarem emendas cuja competência não lhes cabe, os Parlamentares acima citados denigrem a moral desta Casa Legislativa, pois que criam expectativas que sabem fadadas a não existência, ineficazes por carência de legitimidade e ao mesmo tempo transmitem a ideia de má vontade por parte dos Parlamentares que, em respeito á lei, manifestaram-se pela sua exclusão ou não aprovação.

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná estabelece no seu artigo 237 que:

No exercício do mandato, o Deputado atenderá às prescrições constitucionais e regimentais e as contidas no Código de Ética e Decoro Parlamentar, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previsto nos artigos seguintes.

Ainda o Regimento Interno no seu artigo 238, inciso II, dispõe:

São deveres fundamentais do Deputado:

I - (...)

II - Zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do Estado, particularmente das instituições Democráticas, representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo.

O flagrante desrespeito ao preceito contido no artigo 68 da Constituição do Estado é causa de Quebra de Decoro Parlamentar, de acordo com o que estabelece os artigos 237 e 238, inciso II, do Regimento Interno.

II - Pedido

Diante do ocorrido, requer-se o recebimento da presente Representação e sua posterior remessa ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa de Leis para que sejam apuradas as responsabilidades pelo descumprimento dos deveres Fundamentais dos Deputados e para que esse Conselho aplique a medida disciplinar cabível no caso em tela.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) JOCELITO CANTO

Indicações

INDICAÇÃO N° 680/09

SÚMULA:

Sugere a instalação de uma unidade do SIATE na região de Porto Meira, Município de Foz do Iguaçu/PR.

Exmo. Sr. Secretário de Estado de Saúde:

O Deputado que a presente subscreve vem, com base no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, tomar a iniciativa de sugerir a instalação de uma unidade do Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em emergência - SIATE, no bairro de Porto Meira, Município de Foz do Iguaçu.

A proposta é formulada pelo fato de o bairro citado possuir cerca de 50 mil habitantes, registrando ainda inúmeras ocorrências de atendimento pelo SIATE. Com a finalidade de agilizar os atendimentos, bem como de propiciar acesso pleno à saúde, regra constitucional, é que se propõe a implementação dessa unidade.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) RENI PEREIRA

INDICAÇÃO N° 681/09

SÚMULA:

Sugere a construção da Sede do Pelotão da Polícia Militar no Município de Santa Helena.

A Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção da Sede do Pelotão da Polícia Militar no Município de Santa Helena.

II - estamos apresentando a presente indicação, procurando atender anseios da população, com a construção do Pelotão da Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

INDICAÇÃO N° 682/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a reforma do Colégio Estadual Coronel Cândido Berthier Fortes, em Guairacá, por motivos que especifica.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a reforma geral do Colégio Estadual Coronel Cândido Berthier Fortes, e, Guairacá, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Coronel Cândido Berthier Fortes, em Guairacá, necessita, com urgência, de nova pintura, troca de piso, telhado, conjunto sanitários, enfim, de reforma geral, a fim de que possam acolher as crianças que o frequentam de modo satisfatório e seguro.

A urgência no atendimento deste pleito deve-se ao fato de que, a persistirem os problemas estruturais que necessitam da reforma aqui solicitada, continuará a aumentar os fatores que impedem os alunos de frequentarem a sala de aula sem distrações e obstáculos que acabam por tolher-lhes a concentração.

Em face disso, solicitamos o auxílio indispensável do Governo do Estado do Paraná, a fim de que sejam solucionados os problemas acima referidos.

INDICAÇÃO N° 683/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a reforma do Colégio Estadual Dr. Duílio Trevisani Beltrão, em Tamboara.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a reforma geral do Colégio Estadual Dr. Duílio Trevisani Beltrão, em Tamboara, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Dr. Duílio Trevisani Beltrão,

em Tamboara, necessita, com urgência, de nova pintura, troca de piso, telhado, conjunto sanitários, enfim, de reforma geral, a fim de que possam acolher as crianças que o frequentam de modo satisfatório e seguro.

A urgência no atendimento deste pleito deve-se ao fato de que, a persistirem os problemas estruturais que necessitam da reforma aqui solicitada, continuará a aumentar os fatores que impedem os alunos de frequentarem a sala de aula sem distrações e obstáculos que acabam por tolher-lhes a concentração.

Em face disso, solicitamos o auxílio indispensável do Governo do Estado do Paraná, a fim de que sejam solucionados os problemas acima referidos.

INDICAÇÃO N° 684/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a reforma do Colégio Estadual Coronel Alberico Marques da Silva, em Santa Isabel do Ivaí, por motivos que especifica.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a reforma geral do Colégio Estadual Coronel Alberico Marques da Silva, em Santa Isabel do Ivaí, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Coronel Alberico Marques da Silva, em Santa Isabel do Ivaí, necessita, com urgência, de nova pintura, troca de piso, telhado, conjunto sanitários, enfim, de reforma geral, a fim de que possam acolher as crianças que o frequentam de modo satisfatório e seguro.

A urgência no atendimento deste pleito deve-se ao fato de que, a persistirem os problemas estruturais que necessitam da reforma aqui solicitada, continuará a aumentar os fatores que impedem os alunos de frequentarem a sala de aula sem distrações e obstáculos que acabam por tolher-lhes a concentração.

Em face disso, solicitamos o auxílio indispensável do Governo do Estado do Paraná, a fim de que sejam solucionados os problemas acima referidos.

INDICAÇÃO N° 685/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a reforma do Colégio Estadual de Paraíso do Norte, por motivos que especifica.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares,

REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretaria da Educação que determinem a reforma geral do Colégio Estadual de Paraíso do Norte, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual de Paraíso do Norte necessita, com urgência, de nova pintura, troca de piso, telhado, conjunto sanitários, enfim, de reforma geral, a fim de que possam acolher as crianças que o frequentam de modo satisfatório e seguro.

A urgência no atendimento deste pleito deve-se ao fato de que, a persistirem os problemas estruturais que necessitam da reforma aqui solicitada, continuará a aumentar os fatores que impedem os alunos de frequentarem a sala de aula sem distrações e obstáculos que acabam por tolher-lhes a concentração.

Em face disso, solicitamos o auxílio indispensável do Governo do Estado do Paraná, a fim de que sejam solucionados os problemas acima referidos.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que o ilustre Deputado Chico Noroeste irá compor a Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, na condição de suplente.

Sem mais para o momento, agradeço sua atenção.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) JOCELITO CANTO

Requerimentos

REQUERIMENTO N° 2478

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e na qualidade de Líder do Governo, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, autorização desta Casa de Leis para participar da XII Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, organizado pela UNALE, a se realizar nos dias 27, 28 e 29 de maio do corrente, na Cidade de Belém - Pará.

Outrossim, solicita-se o pagamento de passagem e diárias para tal apresentação.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 2465

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em 21 de abril do corrente ano, do Sr. Vicente Luiz Filho (Nenê Brás).

Nene Brás, como era carinhosamente chamado por todos que o conheciam, 76 anos, nasceu em 17 de janeiro de 1933. Deixa viúva a Sra. Ondina Woitch Luiz e o filho Cesar Luiz, casado com a Sra. Schirley Dombowinski Luiz, dois netos e quatro bisnetos.

Vicente Luiz Filho teve uma infância difícil. A mãe faleceu quando ele tinha apenas cinco anos, sendo então educado pelos tios, na região de Cachoeira, zona rural de São José dos Pinhais. Aos 15 anos foi morar com a irmã, Elvira Luiz Negreli, no Umbará, quando trabalhou em olarias.

Em seguida, foi convocado para servir o Exército Nacional, na Infantaria do Quartel do Boqueirão, e lá aprendeu a profissão de motorista. Encerrado o tempo do serviço militar voltou a morar com a irmã, trabalhando como instrutor de motorista, pois na época havia poucos profissionais da área na região.

Com muito empenho e disciplina conseguiu juntar dinheiro para comprar o seu primeiro caminhão, que utilizou para puxar tijolo e lenha. Depois, vendeu o caminhão e investiu na criação de vacas leiteiras, em sua propriedade, na Cachoeira. Em pouco tempo aumentou o número de animais, passando a também fabricar queijos e manteiga.

Nene Brás foi um dos pioneiros do parque leiteiro da Região Metropolitana de Curitiba, sendo inicialmente sócio fundador da Cooperativa Mista do Boqueirão e depois da Cooperativa de Laticínios de Curitiba (CLAC) em São José dos Pinhais, que atingiu seu auge de produção e importância econômica nos anos 80.

Sempre enxergando longe, Nene Brás soube viver seu tempo e acompanhar o futuro, estando muitas vezes à frente dele. Adquiriu um dos primeiros telefones de São José dos Pinhais (número 0503), que a família mantém até hoje, evidentemente que com número atualizado.

Foi o primeiro a ter uma televisão na Cachoeira, que funcionava através de um gerador, com motor diesel, onde a família e os vizinhos se reuniam para assistir, parecendo uma grande sessão de cinema, diariamente. Também foi um dos pioneiros na instalação de luz elétrica, chegando a pagar para que a rede chegasse à sua região.

Em 1970, com recursos próprios, construiu dois barracões para engorda de frangos, com capacidade para 10 mil aves. Dez anos depois, com recursos do Banco do Brasil, construiu barracões para criar e engordar suínos, com capacidade para 1 mil cabeças.

Em 1992, investiu no confinamento de bovinos (100 cabeças) e no mesmo ano fundou a Cancha de Recreação Nene Brás, local de diversão e rodeios, quando empregou muitas pessoas e apoiou empreendimentos similares. Em 2006, em parceria com a Imobiliária Mais Mais montou, em sua propriedade, um condomínio de chácara, com mais de 60 lotes.

Profundamente ligado à religiosidade - fez parte da Igreja Católica local por mais de 20 anos, foi um emérito defensor da família. "Casei para poder dizer: Vou para

Casa”, costumava repetir aos amigos, para demonstrar a importância que dava à família, coisa que nos faz muita falta nos dias de hoje.

O Sr. Vicente Luiz Filho deixa sua passagem terrena marcada entre os que o conheceram por sua conduta simples e amiga. Tinha como principal objetivo servir o próximo, prestando inestimável colaboração à sociedade, sempre ao lado de uma família unida e solidária.

Sua passagem deixa exemplo de convivência de amor a seus familiares e a todos que tiveram a grande oportunidade de lhe conhecer. A família, que desfrutou de sua convivência tão sublime, recebeu ampla manifestação de sentimento de pesar pelo seu falecimento.

Requer o parlamentar que esta subscreve, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO N° 2485

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Darcilia Barroso, ocorrido no último dia 20/05/09.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao seu filho: Jair Augusto Barroso.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo encaminhar aos familiares da Sra. Darcilia Barroso os nossos pêsames pela sua partida, ocorrido no último dia 20 de maio, que deixa eternas saudades.

A Dona Darcilia, pessoa querida e respeitada na Cidade, participava ativamente de grupos religiosos que agem em favor dos menos favorecidos.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserva um espaço para aqueles que têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que o Cristo nos ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO N° 2463

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, que seja inserido, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de reconhecimento

público e de congratulações à COOPERDOL - Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Londrina, fundada pelo casal Cacilda e Izídio Botelho. Cerca de 150 famílias já têm seu posto de trabalho, graças à feliz ideia de criar tão importante cooperativa. Tudo indica que, a curto espaço de tempo, centenas de outros trabalhadores também conquistarão idêntica oportunidade profissional. A COOPERDOL já é modelo para o nosso Paraná, sendo referência especialmente para autoridades e lideranças dos trabalhadores que efetivamente desejam gerar empregos em nosso país.

Requeiro que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada à Presidente da COOPERDOL, Dona Cacilda de Araújo Botelho e ao Sr. Izídio Botelho.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO N° 2466

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações a empresa Móveis Chiq no Município de Rebouças em nome de seus Diretores Sebastião Chiqueto e Fábio Chiqueto em alusão a premiação do Mérito Industrial 2009 concedido no dia 24 de maio.

Requer ainda, que seja dada ciência a seus Diretores.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

A empresa Móveis Chiq, foi fundada em 1964 e baseava-se no beneficiamento de madeira de lei.

Passaram-se alguns anos e a linha de produtos aumentou, contando também com caixas para frutas e legumes, forro, lambril, assoalho, etc. No ano de 1986, a empresa expande seu ramo de atuação, passando a partir deste ano, a fabricar beliches e berços no estilo colonial. No ano seguinte, inicia-se a produção de estantes e dormitórios, no estilo linha reta. A partir do ano de 2000, a empresa descobriu e ingressou no ramo de exportação de móveis, sendo que, no presente momento exporta 100% da produção para Europa e EUA.

A empresa possui cerca de 220 funcionários diretos e indiretos. Possui uma grande capacidade de produção de móveis, e participa de todos os processos de elaboração do móvel, que se inicia no plantio e corte de pinus, passando pelo beneficiamento até expedição pelos Portos de Itajaí, São Francisco do Sul e Paranaguá. A qualidade da linha de móveis oferecidos fez saltar as exportações, de um contêiner por mês, para um por semana, e assim, em 2009 serão exportados 210 contêineres, o que corresponde a 150 mil móveis em apenas um ano. Isso significa que, a cada 2 minutos, um produto com a qualidade e marca Móveis Chiq é vendido no mundo. Em nível nacional, sua atuação corresponde a 7% das exportações do Estado do Paraná, havendo uma meta

de chegar a 10% nos próximo quatro anos; e dos atuais 0,7% nas exportações de móveis do Brasil, a indústria planeja alcançar nos anos que virão, 1% a nível nacional. É uma representação muito significativa. O faturamento médio projetado para 2009 é de 15 milhões de reais, o que ultrapassa até mesmo a arrecadação da Prefeitura de Rebouças. Móveis Chiq, é a maior indústria do Município de Rebouças, e recebe com méritos o título do Mérito Industrial de 2009.

REQUERIMENTO Nº 2483

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de congratulação ao Rotary Club Gralha Azul, em Campo Mourão, pela comemoração de seus 30 (trinta) anos de existência.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao Sr. José Wilmar Macedo, presidente da instituição.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo o reconhecimento do trabalho desenvolvido por esta respeitável instituição. Fundado há 30 anos, o Rotary Gralha Azul, nesse período, vem desenvolvendo diversos projetos de cunho social que beneficiaram milhares de pessoas em Campo Mourão e região. É um trabalho voluntário e abnegado de profissionais de várias áreas cujo principal objetivo é ajudar a comunidade mais necessitada, servindo de exemplo e inspiração por esta e as próximas gerações.

O Rotary tem por objetivo estimular e fomentar o ideal de servir como base de todo empreendimento digno, promovendo e apoiando o desenvolvimento do companheirismo como elemento capaz de proporcionar oportunidade de servir. Promove o reconhecimento do mérito de toda a ocupação útil e a difusão das normas de ética profissional, a melhoria da comunidade pela conduta exemplar de cada um na sua vida pública e privada, a aproximação dos profissionais de todo o mundo, visando a consolidação das boas relações, da cooperação e da paz entre as nações, até do apoio as atividades de indivíduos e grupos prestadores de serviços que melhorem a qualidade de vida, mantenham a dignidade humana e promovam a compreensão e paz mundial. Seu lema principal é: Dar de si antes de pensar em si.

Sem dúvida alguma os 30 anos de atuação do nosso querido Rotary Club Gralha Azul e as suas conquistas representam, com toda a sua excelência e qualidade, a exaltação de nossa gente.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2484

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de congratulação à Srta. Patricia Nunes Correia, pela merecida e respeitável conquista do título de rainha da 19ª Festa Nacional do Carneiro no Buraco de Campo Mourão.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento à própria homenageada no seu endereço residencial.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo o reconhecimento do trabalho, talento e beleza da paranaense Patrícia Nunes Correia que de forma brilhante conquistou o título de Rainha da 19ª Festa Nacional do Carneiro no Buraco de Campo Mourão.

Patrícia tem 22 anos, é empresária, participou de diversos concursos de beleza e tem, agora, a incumbência de ser a representante da beleza mourãoense na Festa Nacional do Carneiro no Buraco, representando-a em diversos eventos e divulgando as festividades.

A sua conquista representa a exaltação de nossa gente.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2487

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulação à Sra. Olga Harumi Matoba Oshiro, filha de japoneses que emigraram do Japão na década de 20. Formou-se em História pela USP, com pós-graduação em História Social do Extremo Oriente pela mesma instituição. Foi professora de História de 1º, 2º e 3º grau durante 19 anos e, em 1974, participou do Curso Antropologia Médica do Extremo Oriente, por meio do qual acabou por conhecer os benefícios da planta Aloe Vera. Nos últimos 35 anos Olga pesquisou as propriedades da Aloe Vera e concluiu que a planta é de grande auxílio em todos os tipos de tratamentos e também contribui para o equilíbrio do sistema imunológico. Os resultados de todos esses anos de pesquisa e trabalho estão no livro que será lançado na próxima quinta-feira, dia 28/05/09, na Câmara de Comércio Brasil-Japão, obra que reúne toda base científica disponível a respeito da Aloe Vera, planta que, como ela demonstra em seu livro, tem a propriedade de diminuir a dor e o sofrimento.

Esta Casa se sente honrada em reverenciar a história de vida e a capacidade de realização da Sra. Olga Harumi Matoba Oshiro, e se associa, com júbilo, às

merecidas homenagens a ela prestadas por ocasião do lançamento do livro “Aloe Vera - A Planta da Vida”.

Requer-se à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento à Sra. Olga Harumi Matoba Oshiro.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 2471

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Adolfo Rosevics Filho pelo lançamento do livro “Andarilho do Erro.”

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Adolfo Rosevics Filho pelo lançamento do livro “Andarilho do Erro”, superintendente da Polícia Civil do Estado do Paraná, que se lança na carreira literária, buscando novos desafios e transpondo barreiras, leva aos leitores seus pensamentos e sua imaginação, mostrando através da literatura a percepção de um novo escritor que tem uma grande experiência de vida e deseja transmitir aos seus semelhantes a capacidade de desenvolver novas atividades, não restringindo-se a sua principal, mas procurando um novo universo para o crescimento pessoal e dos leitores.

REQUERIMENTO Nº 2472

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Igreja de Santo Estandislaui pelo 100 anos.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Igreja de Santo Estandislaui pelo 100 anos, tendo como pároco atualmente o Padre Zenos Sikorski, que transmite a seus fiéis as palavras do santo evangelho e neste ano comemora o centenário de sua igreja, contando com o apoio do Sr. Antonio Turek, presidente do Conselho de Assuntos Econômicos Paroquial - CAEP e dos demais católicos que fazem parte da congregação, o templo é o ponto de convergência dos cristãos que moram na região central de Curitiba, onde foi edificada a casa do Senhor, Igreja, Povo de Deus, responsável pela santificação uns dos outros e pela ação missionária, Igreja unida a Cristo, santificada por Ele; por Ele e nele torna-se também santificadora, a cem anos formando verdadeiros cristãos.

REQUERIMENTO Nº 2473

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e

congratulações ao Dr. Marcelo Daudt Von Der Heyde.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Marcelo Daudt Von Der Heyde, psiquiatra, supervisor do ambulatório de transtornos do espectro da esquizofrenia do Hospital Nossa Senhora da Luz, onde realiza seu trabalho com competência e dedicação, levando afeto conforto aos pacientes sobre sua responsabilidade, demonstrando que é possível amenizar o sofrimento dos doentes e dar-lhes esperança de recuperação, dispensando atenção genuína e espontânea, doando-se institucionalidade para melhor realizar os processos de qualidade da instituição, fazendo o que é preciso ser feito e da melhor maneira possível, tendo como fundamento a clareza e o comprometimento para combater as doenças com humanismo, ciência e afeto, para a plena realização profissional e pessoal.

REQUERIMENTO Nº 2474

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Restaurante Dom Antonio.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Restaurante Dom Antonio, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana, há mais de 22 anos, os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de uma cozinha de qualidade, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e com os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável, fazendo do bairro de Santa Felicidade, uma referência em gastronomia.

REQUERIMENTO Nº 2475

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Wagner Miyadi.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Wagner Miyadi., ortopedista e traumatologista, formado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e, especialização em ortopedia pelo hospital de Nuremberg (Alemanha), é um dos médicos da nova geração da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, que realiza seu trabalho com competência e dedicação, levando afeto e conforto aos pacientes sobre sua responsabilidade, demonstrando que é possível amenizar o sofrimento dos doentes e dar-lhes esperança de

recuperação, dispensando atenção genuína e espontânea, doando-se incondicionalmente para melhor realizar os processos de qualidade da instituição, fazendo o que é preciso ser feito e da melhor maneira possível, tendo como fundamento a clareza e o comprometimento para combater as doenças com humanismo, ciência e afeto, para a plena realização profissional e pessoal.

REQUERIMENTO Nº 2464

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve vem, através do presente, comunicar que estará em viagem ao exterior entre os dias 28 a 30 de maio de 2009.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 2476

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência, na Sessão do dia 20 do mês corrente, devido a compromissos inerentes a presidência da Comissão de Saúde.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 2461

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário pedido de informação ao Ilmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, se os Policiais Rodoviários Estaduais percebem algum tipo de benefício, quando emitem multas nas rodovias assistidas:

Certo de que a transparência na informação representa o estado de direito de toda democracia e em respeito ao cidadão contribuinte e, representando o legítimo direito de fiscalização, subscrevo o presente.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2486

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado em Ata a transcrição nos Anais desta Casa do artigo intitulado Fani, A Dama que Fica, escrito pelo Professor Aroldo Mura Gomes Haygert, publicado na Gazeta do Povo de 22 de maio, e o artigo intitulado Por que as Coisas Ruins Acontecem às Pessoas Boas, escrito por Belmiro Valverde Jobim Castor, publicado na Gazeta do Povo de 24 de maio.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 248/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Cria o Dia Estadual das Nascentes a ser comemorado no dia 29 de julho de cada ano.

Art. 2º O Dia Estadual das Nascentes tem como finalidades: trabalhar a realidade local; passar conhecimento sobre a gestão dos recursos hídricos; estudar a bacia hidrográfica com suas questões ambientais; desenvolver uma proposta construtiva relacionando temas transversais como meio ambiente, consumo, saúde e ética; ultrapassar espaços físicos com incursões a campo; envolver toda a comunidade com campanhas educativas que não visem apenas o conhecimento, mas o desenvolvimento de ações locais.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor após a sua regulamentação e publicação.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Para homenagear o Curso Técnico em Meio Ambiente do Colégio Estadual Pedro Piekas, da Cidade de Almirante Tamandaré, que elaborou a Lei de criação do Dia das Nascentes - 29 de julho - daquele Município e os Vereadores que a aprovaram, os Srs. Aldnei Siqueira, Osvaldo Stival, João Marcelo Bini, Edson Vieira, Leonel Siqueira, Dário Odair de Souza, Antonio - Tonhão da Saúde - Giordano Todeshi, Angelo Prosdócimo, Walter Purkote e Nereu Colodel, decidimos estadualizar tão importante ato legislativo.

A água é um bem comum, indispensável à vida, mas finito.

Em sua forma mais simples de manifestação, a água aparece brotando do lençol freático para alimentar uma bacia hidrográfica, manter a biodiversidade local e participar na promoção do equilíbrio da natureza, como um todo.

Todas e quaisquer iniciativas e ações para preservá-la, são, independentemente das suas dimensões ou custos, importantíssimas.

Valemo-nos do exemplo que vem da nossa vizinha Almirante Tamandaré, onde o Aquífero Cárstico ocupa 85% do seu subsolo e dada à despreocupação e desinformação de grande parte da sua população quanto à questão da sua intocabilidade, levou o Poder Público daquele Município, a feitura de lei que cria o Dia das Nascentes, justamente para desenvolver movimento preservacionistas das excelentes águas de Tamandaré.

Aliás, a qualidade das águas de Almirante Tamandaré comprovou-se recentemente pela certificação outor-

gada à empresa envazadora da Água Mineral Timbu, com o selo de qualidade ISO 2000.

E nós, em nossa vivência e constantes viagens pelo interior paranaense, mais precisamente pela região caracterizada pela presença do Arenito Caiuá, o Noroeste estadual, observamos, que no decurso das últimas três décadas, aconteceu à diminuição drástica da vazão de muitos dos seus rios e córregos, sendo as causas principais dessa deformação ambiental, justamente o rebaixamento do lençol freático, de 5 antigamente, a 25 e até 30 metros, mais o assoreamento causado pela erosão e o consequente desaparecimento de milhares de minas de nascentes d'água.

Urge, portanto, que toda sorte de medidas sejam encetadas para a correção das ações humanas provocadoras desse estado de coisas que, persistindo, ocasionará dentro de espaço de tempo mais curto do que se prevê, consequências as mais danosas à vida de todo o mundo.

Somamos a lei ora submetida à aprovação das Sras. Deputadas, dos Srs. Deputados, à lei que determina o pagamento em espécie aos agricultores paranaenses que cercarem e preservarem as nascentes existentes em suas propriedades, a exemplo do que já ocorre na Cidade mineira de Extrema.

Cria-se o Dia das Nascentes para marcar o desenvolvimento de ações de conscientização quanto à importância da responsabilidade de cada um e de todos, para com a vida das nascentes. Daí, a celebração do dia proposto, com a participação do ente governo, das escolas, dos clubes de serviço, dos sindicatos, das igrejas, enfim, de toda a sociedade organizada.

PROJETO DE LEI Nº 249/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a APOMAR - Associação dos Produtores de Orgânicos de Marilândia do Sul, com sede e foro no Município de Marilândia do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6994/78 com as alterações dadas pelas leis nºs 8589/87 e 12816/99 que dispõem sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cíveis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná, estamos apresentando o presente projeto de lei, para declarar de utilidade pública a APOMAR - Associação dos Produtores de Orgânicos de Marilândia do Sul, Paraná.

Sem fins lucrativos a APOMAR foi fundada às 14h30 do dia 28/10/03 tendo por objetivo a difusão do

desenvolvimento econômico social e combate a pobreza; defesa, prevenção e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável entre outros objetivos nobres voltados ao social.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 250/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os postos de saúde da rede pública estadual ficam obrigados a fornecer, gratuitamente, bloqueador solar, as pessoas vítimas de queimaduras, portadores lúpus eritematoso, câncer de pele, vitiligo e albinismo.

Parágrafo Único - Somente será fornecido o bloqueador solar para as pessoas com renda mensal de até 2 (dois) salários mínimos e mediante apresentação de prescrição médica.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que visa o fornecimento gratuito, de bloqueador solar as pessoas carentes, vítimas de queimaduras, portadoras de lúpus eritematoso, câncer de pele, vitiligo e albinismo.

A saúde é concebida como direito de todos e dever do Estado, que a deve garantir mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, regendo-se pelos princípios da universalidade e da igualdade de acesso às ações e serviços que promovem, protegem e recuperam.

O direito à vida, à dignidade da pessoa humana e a saúde é de tão relevante importância que o legislador constituinte cuidou de registrá-los na Carta Magna, a Constituição Federal.

O Estado deve centrar-se não apenas na assistência à doença, mas, sobretudo, na promoção da qualidade de vida e intervenção nos fatores que o colocam em risco.

Sendo assim contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 251/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação e Comunidade do Tratamento do Alcoolismo e Dependentes Químicos - ACTA, com sede no Município de Prudentópolis.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

A Associação e Comunidade do Tratamento do Alcoolismo e Dependentes Químicos - ACTA, tem a finalidade de tratar, amenizar e oferecer a recuperação dos dependentes do álcool e drogas. O trabalho é todo feito gratuitamente, sendo que para manutenção da Associação são efetuadas diversas promoções no sentido de levantar recursos e poder atender a todos que a procuram.

Relatório das Atividades

Associação e Comunidade de Tratamento do Alcoolismo e Dependentes Químicos-ACTA, entidade sem fins lucrativos, com sede a rua Cândido de Abreu, s/n, Prudentópolis/PR., inscrita no CNPJ nº 07.623.956/0001-99, neste ato representada pelo Presidente, infra-assinado, vem pela presente, relatar, que a entidade, tem por objetivo, tratar, amenizar e oferecer a recuperação ao doente alcoolista e toxicômanos, assegurar a proteção imediata ao doente, sem distinção de raça, cor, credo, fortalecendo a auto-estima, capacitar e incluir socialmente; Estabelecer trabalho de caráter preventivo através de palestras alertando consequências em que o alcoolismo e dependência química traz no momento presente e mais ao longo da vida do ser humano.

Os serviços prestados no atendimento a homens, jovens e adolescentes que por uso e ou abuso de álcool e drogas, estão marginalizados, causando dano social.

A prestação de serviços de assistência social se rege pelo Estatuto Social e pela legislação aplicável.

Graças ao esforço de toda a diretoria da ACTA, que não são remunerados pela função que exercem, mas estão sempre a disposição para trabalhar, ajudar, e com a preocupação voltada para o bem estar da comunidade de Prudentópolis.

Foram assim realizadas promoções envolvendo a comunidade local com objetivo de obter recursos financeiros para poder prestar os serviços assistenciais da melhor qualidade possível, e pelo reconhecimento que a entidade tem perante a sociedade Prudentopolitana é porque a entidade conta com uma diretoria que trabalha com afinco para atender as pessoas que realmente precisam de tratamento sem nenhuma distinção. Também foram apresentados projetos e planos de trabalho, com o objetivo de firmar convênios com órgãos públicos, com a finalidade de viabilizar recursos, para a manutenção da entidade.

PROJETO DE LEI Nº 252/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É considerado queijo artesanal o queijo confeccionado conforme a tradição histórica e cultural da região do Estado onde for produzido, a partir do leite

integral de vaca fresco e cru, retirado e beneficiado na propriedade de origem, que apresente consistência firme, cor e sabor próprios, massa uniforme, isenta de corantes e conservantes, com ou sem olhaduras mecânicas.

Art. 2º Na fabricação do queijo artesanal serão adotados os seguintes procedimentos:

I - o processamento será iniciado até 90 minutos após o começo da ordenha;

II - a fabricação se fará com leite que não tenha sofrido tratamento térmico;

III - serão utilizados como ingredientes, culturas lácticas naturais como pingo, soro fermentado ou soro-fermento, coalho e sal;

IV - o processo de fabricação se desenvolverá com a observância das seguintes fases:

- a) filtração;
- b) adição de fermento natural e coalho;
- c) coagulação;
- d) corte da coalhada;
- e) mexedura;
- f) dessoragem;
- g) enformagem;
- h) prensagem manual;
- i) salga seca;
- j) maturação.

Art. 3º A qualidade do queijo artesanal e sua adequação para o consumo serão asseguradas por meio de:

I - fabricação com leite proveniente de rebanho sadio, que não apresente sinais clínicos de doenças infectocontagiosas e cujos testes oficiais de zoonoses, tais como brecelose e tuberculose, apresentem resultados negativos, de acordo com as normas da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB e seus órgãos auxiliares;

II - certificação das condições de higiene recomendadas pela SEAB, observadas e as normas técnicas respectivas;

III - cadastro do produtor na SEAB.

§ 1º O cadastramento na SEAB para os fins deste artigo será feito em escritório local do órgão, no prazo de 360 dias, individualmente ou por meio de entidade representativa, mediante a apresentação de carta-compromisso, com firma reconhecida, em que o produtor assuma a responsabilidade pela qualidade dos queijos produzidos, e do laudo técnico-sanitário da queijaria, preenchido e assinado por médico veterinário.

§ 2º A certificação de que trata o inciso II ocorrerá até 60 dias após o cadastramento, prazo no qual a SEAB atestará o cumprimento das exigências sanitárias e legais.

§ 3º A SEAB fiscalizará periodicamente a produção dos queijos, com a finalidade de assegurar o cumprimento das condições exigidas para a obtenção do certificado de qualidade, ainda que as exigências para cadastramento no órgão tenham sido atendidas pelo produtor.

§ 4º O Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER estabelecerá programa de qualificação dos produtores voltado para o cumprimento das exigências necessárias à obtenção do certificado da SEAB.

Art. 4º A água utilizada na produção do queijo artesanal será potável e poderá provir de nascente, cisterna revestida e protegida do meio exterior ou de poço artesiano, observadas as seguintes condições:

I - ser canalizada desde a fonte até o depósito ou caixa d'água da queijaria ou do quarto de queijo;

II - ser filtrada antes de sua chegada ao reservatório;

III - ser clorada com cloradores de passagem ou outros sanitariamente recomendáveis, a uma concentração de 2 ppm (duas partes por milhão) a 3 ppm (três partes por milhão).

§ 1º As nascentes serão protegidas do acesso de animais e livres de contaminação por água de enxurrada e outros agentes.

§ 2º O reservatório a que se refere o inciso II deste artigo será tampado e construído em fibra, cimento ou outro material sanitariamente aprovado.

§ 3º A queijaria disporá de água para a limpeza e a higienização de suas instalações na proporção de 5l (cinco litros) para cada litro de leite processado.

§ 4º A água utilizada na produção do queijo artesanal será submetida a análise físico-química e bacteriológica, em periodicidade a ser definida pelo Poder Executivo na regulamentação desta lei.

Art. 5º Na instalação da queijaria ou quarto de queijo serão cumpridas as seguintes exigências.

I - localização distante de pocilga e galinheiro;

II - impedimento, por meio de cerca, do acesso de animal e pessoa estranhos à produção;

III - construção em alvenaria, segundo normas técnicas a serem estabelecidas em portarias pela SEAB.

Parágrafo Único. A queijaria ou quarto de queijo poderá ser instalado junto a estábulo ou local de ordenha, respeitadas as seguintes condições:

I - inexistência de comunicação direta entre o estábulo e a queijaria;

II - revestimento do piso do estábulo com cimento ou calçamento;

III - existência de valetas, no estábulo, para o escoamento das águas de lavagem e de chuva;

IV - existência de torneira independente para higienização do estábulo e dos animais.

Art. 6º A queijaria terá os seguintes ambientes:

I - área para recepção e armazenagem do leite;

II - área de fabricação;

III - área de maturação;

IV - área de embalagem e expedição.

Art. 7º As características técnicas dos equipamentos necessários à fabricação do queijo artesanal, bem como os critérios de higienização das instalações, equipamentos e fabricantes, serão definidos em portaria pela SEAB.

Art. 8º São obrigatórios, para a comercialização do queijo artesanal, o certificado da SEAB, a identificação do fabricante, a data de fabricação e o prazo de validade do queijo.

§ 1º Os produtos mantidos sob refrigeração receberão embalagem plástica segundo as normas técnicas vigentes.

§ 2º Para a comercialização do queijo curado não embalado, será exigida a impressão na peça, em baixo relevo, do número da inscrição estadual do produtor.

§ 3º Para comercialização do queijo embalado, será exigido o cadastramento da embalagem e do rótulo na SEAB utilizando-se para isso os mesmos formulários adotados para produtos com inspeção estadual.

Art. 9º O transporte do queijo artesanal se fará em veículo com carroceria fechada, sem a presença de nenhum outro produto, a fim de evitar deformação, contaminação ou comprometimento da qualidade e do sabor.

Art. 10. O queijo artesanal não embalado será acondicionado para transporte em caixa ou tubo plástico, de fibra de vidro similar, provido de tampa ou vedação.

Art. 11. Somente poderá ostentar no produto ou em sua embalagem a classificação queijo artesanal ou queijo fabricado em conformidade com as disposições desta lei.

Parágrafo Único. O queijo artesanal produzido em área demarcada conterà, gravada no produto ou na embalagem, a indicação de sua região de origem.

Art. 12. No período de trinta meses contados a partir da publicação desta lei, ou até que existam no Estado entrepostos em número suficiente para a maturação, o queijo artesanal será comercializado em até sessenta dias.

Parágrafo Único. No período de trinta meses a que se refere o *caput* deste artigo, serão realizadas pesquisas científicas comprovando a inexistência de risco à saúde do consumidor.

Art. 13. O Banco Regional de Desenvolvimento do Estado poderá estabelecer programas de incentivo à produção do queijo artesanal, mediante o apoio financeiro para a qualificação técnica do produtor.

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias, assegurando-se à EMATER e ao órgão de fiscalização sanitária animal da SEAB as condições necessárias ao cumprimento desta lei.

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A produção artesanal de queijos no Paraná, atividade que se pretende disciplinar com a proposição em análise, além das questões econômicas que lhe são inerentes, envolve aspectos sociais e culturais intimamente ligados à identidade de determinadas regiões do Estado do Paraná. O queijo artesanal, em suas variedades diversas, é produzido em várias regiões do Estado, mediante processos transmitidos de geração a geração, o que lhe confere características peculiares, reconhecidas pelos consumidores mais exigentes.

Essa produção tradicional convive com um segmento industrial formado por laticínios de pequeno, médio e grande portes, grande parte dessa atividade é desenvolvida sob fiscalização dos serviços de inspeção sanitária, federal ou estadual, em obediência a normas específicas, que visam ao controle da qualidade dos produtos, mas restringem sobremaneira a fabricação do queijo artesanal a partir do leite cru.

Ora, é exatamente nesse ponto que reside a discórdia entre os defensores da produção artesanal e aqueles que se apegam, a nosso ver de forma exagerada, à rigidez das normas de inspeção industrial.

Para os primeiros, o verdadeiro queijo artesanal, só pode ser elaborado a partir do leite integral de vaca, que não tenha sido submetido a nenhum tratamento térmico, ao passo que a legislação em vigor exige a pasteurização da matéria-prima. O assunto é controverso, mas pode ser equacionado, a exemplo do que ocorre na França, onde se produz uma gama de queijos finos, de excelente qualidade, exclusivamente a partir do leite cru.

Logo é necessário buscar meios para que o produtor tradicional tenha condições de exercer sua atividade dentro da legalidade. Assim, o projeto ora proposto define normas e procedimentos que visam garantir a qualidade integral do produto, inclusive quanto aos aspectos de indicação da origem do produto.

O modelo adotado, seguindo a experiência do Estado de Minas Gerais, é o francês, no qual se busca assegurar condições sanitárias e higiênicas satisfatórias em todas as fases do processo produtivo. Assim, devem ser observados cuidados com a saúde dos rebanhos, que devem ser livres de doenças infecto-contagiosas, e com a limpeza das instalações e equipamentos, bem como com a comercialização do produto.

Outro aspecto relevante da proposição é o prazo de 30 meses concedido aos produtores para que se construam, em todo o Estado, entrepostos suficientes para a maturação do queijo artesanal.

Nesse período, deverão ser conduzidas pesquisas científicas que atestem a qualidade do produto produzido nas condições estabelecidas no projeto e a inexistência de risco à saúde do consumidor.

Para não haver controvérsia quanto ao padrão que se pretende conquistar, a proposição prevê a possibilidade de rígido controle da produção por parte da SEAB.

Pode-se observar a consonância da proposta com os preceitos de ordem jurídica, constitucional e legal que versam sobre a matéria, conforme veremos mais adiante.

A fiscalização, o controle, o processamento e a produção dos alimentos, de forma geral, encontram-se na esfera de competência da vigilância sanitária, cabendo à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre o tema, segundo a prerrogativa assegurada pelo artigo 24, V, da Constituição Federal.

Tratando-se de legislação concorrente, compete à União estabelecer as diretrizes gerais, e às demais unidades federadas, suplementarmente, dispor sobre a matéria, atendendo às peculiaridades locais.

A União, por seu turno, fez editar a Lei nº 8080, de 19/09/90, que dispõe sobre as condições para a proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, fazendo inserir, entre as ações destinadas a este fim, aquelas que dizem respeito à vigilância sanitária.

A Lei nº 9712, de 20/11/98, versa especificamente sobre a matéria, enfatizando a existência de um sistema unificado de atenção à sanidade agropecuária, em articulação com o Sistema Único de Saúde.

Na mesma linha, a Lei nº 7889, de 23/11/89, que dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, reconhece, em seu artigo 1º, a competência administrativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para o exercício da prévia inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, atribuindo competência aos entes federados para o exercício da fiscalização de que trata a lei.

Nesse contexto, pretende-se disciplinar o fabrico do produto de que trata o projeto em tela, mediante a adoção de procedimentos próprios, que serão aplicados, única e exclusivamente, na produção dessa espécie de queijo.

O Ministério da Agricultura fez editar a Resolução nº 7, de 28/11/2000, objetivando estabelecer requisitos específicos para a instalação e o funcionamento das queijarias mineiras. Os procedimentos adotados por esse Ministério, caso sejam seguidos pelos produtores, podem implicar uma significativa perda de qualidade e descaracterização de um produto que se tornou conhecido em face das peculiaridades de seu fabrico.

O projeto em tela objetiva tornar disponível, no mercado, um produto com as características originais, preservando, inclusive, as tradições e a história do povo mineiro, sem, contudo, perder de vista os padrões de qualidade e higiene, que, por certo, serão assegurados não apenas pela técnica adotada, como também pelas instâncias fiscalizadoras.

Inexiste vício no que tange à instauração do processo legislativo por iniciativa parlamentar, uma vez que os conteúdos dessa natureza não se inserem entre os arro-

lados no artigo 66 da Constituição Paranaense, cabendo a esta Casa dispor sobre o tema, por força do preceito constante do artigo 53, XVI, do mesmo diploma legal.

Assim, em vista do exposto, contamos, uma vez mais, com o indispensável apoio de nossos nobres Pares para a aprovação de tão importante propositura.

PROJETO DE LEI Nº 253/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Parque Histórico de Carambeí, com sede no Município de Carambeí, à avenida dos Pioneiros, nº 4050, e foro na Comarca de Castro/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A presente instituição, sem fins lucrativos, tem por finalidade a preservação da memória da colonização de Carambeí, no Estado do Paraná, não remunerado seus diretores.

Desta forma esperamos contar como apoio dos nobres Pares, para que possamos aprovar a presente proposição, com a documentação pertinente em anexo.

PROJETO DE LEI Nº 254/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Esta lei regulamenta mecanismos de proteção e utilização sustentável dos recursos florestais de povoamentos naturais e plantados do Pinheiro do Paraná (*Araucária angustifolia*).

Art. 2º Para os efeitos desta lei são estabelecidas as seguintes definições:

I - Pinheiro do Paraná: nome comum da espécie *Araucária angustifolia*, também conhecida como Araucária, Pinho, Pinho-Brasileiro, Pinheiro-Caiová, Pinheiro-São-José, Pinheiro-Macaco, Curi'y, Curiúva, Pinheiro-das-Missões, Piño-Paraná ou ainda, como utilizado em lotes de exportação, Paraná-Pine;

II - Recurso Florestal: recurso madeireiro e não-madeireiro;

III - Povoamento Plantado: área florestal formada mediante projeto de reflorestamento aprovado por órgão oficial nacional, estadual ou municipal;

IV - Povoamento Natural: área onde ocorre recurso florestal nativo ou plantado sem elaboração de projeto de reflorestamento aprovado por órgão oficial nacional, estadual ou municipal;

V - Floresta Protetora: floresta localizada em área de preservação permanente estabelecida pela legislação federal;

VI - Reserva Legal: floresta situada em área designada da propriedade rural, em percentual definido por lei federal, onde não é permitido o corte raso, reconhecida e delimitada através de averbação à margem da inscrição da matrícula do imóvel no Registro de Imóveis competente, cujo uso está sujeito às normas de legislação florestal nacional e onde é vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão a qualquer título ou de desmembramento da área.

Art. 3º Os recursos florestais das Florestas Plantadas de domínio privado do Pinheiro do Paraná (*Araucária angustifolia*), não sujeitos aos regimes de Reserva Legal ou de Florestas Protetoras previstas na legislação federal, são suscetíveis de utilização sustentável condicionadas aos planos de manejo florestal, nos termos da legislação em vigor.

Art. 4º Os recursos florestais das Florestas Naturais de domínio privado em que ocorre o Pinheiro do Paraná (*Araucária angustifolia*), não sujeitos aos regimes de Reserva Legal ou de Florestas Protetoras previstas na legislação federal, poderão ser suscetíveis de exploração mediante autorização específica do órgão ambiental, observadas as seguintes condições:

I - quando se tratar de espécimes e/ou formações, situadas em pequenas e médias propriedades, que possuam evidências de terem sido plantadas pelo proprietário atual ou seus ascendentes, mediante declaração de fé pública e reconhecimento por técnico competente, mediante laudo circunstanciado simplificado, das evidências pela localização ou alinhamento, ou ainda, mediante documentação fotográfica que possa servir para comprovar o fato;

II - quando se tratar de espécimes e/ou formações, situadas em grandes propriedades, que possuam evidências de terem sido plantadas pelo proprietário atual ou seus ascendentes, mediante elaboração de planos de manejo florestal sustentável, nos termos da legislação em vigor;

III - quando se tratar de espécimes situadas em meio à formação em estágios avançados e com diâmetros acima de 0,60m ou com evidências de senilidade.

Parágrafo Primeiro. A exploração ao poderá ser feita de forma a provocar a eliminação permanente de floresta, garantindo-se corredores de biodiversidade entre capões florestais com dimensões mínimas de 50m de largura em sua faixa mais estreita, onde se manterá toda a variabilidade de espécies que compõem o bioma a referida região geográfica.

Parágrafo Segundo. Os espécimes que deverão permanecer em área não enquadrada como reserva legal, nem como floresta protetora, serão averbados e terão o direito da compensação prevista no artigo 7º desta lei.

Art. 5º Todo pequeno e médio proprietário rural que plantar o Pinheiro do Paraná em áreas sem restrições legais, poderá registrar os plantios, garantindo-se seu aproveitamento oportuno, mediante:

I - Declaração de reflorestamento, onde constará, necessariamente, a localização dos plantios na planta da propriedade ou georreferenciamento, indicando as datas e o número de mudas plantadas, sujeito à verificação, até dois anos após, pelo órgão ambiental competente, que lhe dará atestado comprobatório em condições de ser averbado à margem da escritura do imóvel;

II - Solicitação de visita de técnico competente, no ano seguinte ao plantio, que emitirá um laudo circunstanciado simplificado relatando o número de mudas existentes e sua posição georreferenciada. O laudo será acompanhado de anotação de responsabilidade técnica correspondente e será averbado à margem da escritura do imóvel.

Parágrafo Único. As averbações à margem dos imóveis serão reconhecidas como suficientes comprovações de plantio para, quando desejar o proprietário, permitir que os recursos florestais existentes no perímetro demarcado possam ser aproveitados economicamente.

Art. 6º Serão incentivadas as cooperativas para a utilização sustentável dos recursos florestais procedentes da floresta araucária, de forma a aumentar os benefícios decorrentes da existência desta formação nas propriedades, aplicados tanto às áreas com restrições legais, atendo-se, neste caso, aos produtos não-madeiráveis, sem causar danos ao ecossistema, bem como aqueles sem restrições, incluindo produtos madeiráveis.

Art. 7º As propriedades que mantiverem espécimes ou pinheirais imunes de corte, devidamente averbados nesta condição, serão beneficiadas com compensação financeira calculadas anualmente sobre a área ocupada, correspondente à produção agrícola média regional para a tipologia edáfica correspondente, comprovado mediante laudo circunstanciado simplificado.

Parágrafo Primeiro. A compensação financeira pela preservação da espécie se constitui no reconhecimento da sociedade do valor desta iniciativa conservacionista e visa reparar as perdas financeiras impostas ao proprietário devido à restrição da utilização das áreas dos pinheirais aos diversos usos possíveis.

Parágrafo Segundo. A compensação financeira pela preservação do ecossistema dos pinheirais não será aplicável às propriedades que não possuem matas ciliares e reservas legais correspondentes, ocupadas por espécies do mencionado ecossistema.

Parágrafo Terceiro. O cálculo do valor da compensação financeira dever ser feito descontando-se os valores correspondentes aos benefícios não madeireiros possíveis de serem obtidos, como pinhões e outros, calculados pela média da produção regional destes.

Parágrafo Quarto. O valor e a forma do pagamento da compensação serão feitos na forma da regulamentação específica.

Parágrafo Quinto. A compensação se aplicará também para novos plantios, a partir do quinto ano do plantio, quando os pinheiros jovens começaram a exercer restrições reais sobre uso do solo.

Parágrafo Sexto. A compensação será aplicável a áreas próprias ao desenvolvimento dos pinheirais e em áreas não sujeitas ao regime restritivo de Reserva Legal e ressalvadas as de preservação permanente, previstas nos artigos 2º e 3º da Lei nº 4771/65.

Art. 8º O controle e a aplicação dos preceitos desta lei serão feitos pelos órgãos ambientais competentes, preferindo-se, sempre que possível os municipais, em respeito ao princípio da descentralização, recomendando-se atendimento especial de fomento e orientação técnica florestal aos pequenos produtores rurais, aos agricultores familiares, aos assentados rurais e às comunidades indígenas.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

Esta proposição, originalmente redigida pelo Professor Arnaldo Müller, da Pontifícia Universidade Católica do Estado do Paraná, foi apresentada na legislatura anterior, e autuada sob o Projeto de Lei nº 237/04, o qual não foi apreciado até o término daquela legislatura. Reapresenta-se através e nova autuação, em face de algumas alterações, espera-se que desta feita o mesmo seja votado.

O Pinheiro-do-Paraná, espécie altaneira símbolo de nosso Estado, é um fóssil vivo pertencente a um dos gêneros mais antigos da flora do planeta. Seus registros vêm do Período Jurássico, entre 190 e 150 milhões de anos. Aqui encontrou as condições ecológicas adequadas para se desenvolver. No Estado do Paraná, os pinheirais disseminaram-se em 7,628 milhões de hectares. Espécie generosa, dela tudo se aproveitou: madeira, resina, pinhões, até as grimpas, queimadas no fogão do caboclo e na sapeca da erva-mate.

Estas qualidades fizeram com que os pinheirais do Sul do Brasil viessem a marcar um dos grandes ciclos econômicos de nossa terra. Entretanto, esta atividade madeireira só durou poucas décadas, em torno dos anos 60, mas ocorreu com intensidade suficiente para extinguir economicamente aquele magnífico patrimônio natural. Uma espécie que se perpetuou por quase duas centenas de milhões de anos, está desaparecendo no curto prazo de uma geração. Estamos vendo isto acontecer. À generosidade daquela espécie, respondemos com nossa avidez. Tudo se retirou, nada se repôs.

Poucas foram as vozes dos que denunciaram outrora aquele saque econômico e ecológico. Repentinamente, porém movimentos ambientalistas, quase tarde demais, ativaram uma solução extrema e declararam sua moratória: assim, se tornou proibido o aproveitamento da *Araucaria angustifolia*. Quem cortou, faturou, e bem. Quem a preservou, riem-se dele, porque no afã de se preservar a espécie, foram atingidos justamente quem sempre a preservou.

Por conseguinte, premiou-se o vândalo ambiental, que sequer a lei respeitou não mantendo nas suas terras as matas ciliares e reserva legal. Agora se ameaça com um tipo de desapropriação branca, aplicando o rigor da lei, o agricultor que sempre manteve o pinhal, imaginando desfrutar esta poupança ao lhe chegarem os dias difíceis.

Tudo porque a legislação que versa sobre esta espécie nativa caiu de um extremo a outro, tornando-se de flácida a restritiva demais, prejudicando especialmente os pequenos produtores rurais. Mesmo que a pessoa tenha passado uma vida inteira plantando pinheiros, a legislação agora simplesmente proíbe seu justo usufruto, sequer no limite de 15 metros cúbicos a cada 5 anos para melhorias na propriedade, que antes era permitido.

A consequência desta insanidade legal é imediata. A preservação dos pinheiros existentes está relativamente garantida pela lei (porque esta, sendo radical, aguçá ser quebrada). Mas não há um pequeno produtor que plante um só pinheirinho. Pior: se notar algum que insistiu em nascer, logo o arranca, porque é de bom senso não permitir que ali se desenvolva uma espécie intocável, que depreciará sua propriedade. Esses efeitos colaterais de uma legislação falha, levaram nosso pinheiro a ser odiado pela nossa gente. Assim, a continuar que do jeito que está, ao invés de aumentar a população de araucárias, estas - não nos iludamos - estão sumindo com artimanhas rurais, e as jovens não vingam, porque são destruídas assim que nascem, visto que certamente não terão serventia no futuro.

Resta-nos uma das duas medidas: mantermo-nos apopléticos diante da morte dos últimos pinheiros, ou agirmos pela vida, para mudar a sua sorte. A sociedade paranaense requer de seus líderes uma atitude, e esta deve ser a de ousadia e determinação, a favor da vida, da qualidade da vida, do respeito a todas as formas de vida. É de justiça que quem investiu na vida dos pinheirais seja recompensado, e que os que os usufruíram, legitimidade ou não, participem de um grande movimento de restauração desta espécie, respeitando-a por seus valores econômicos, ecológicos e culturais. Há que se levantar a voz pela justiça ao pequeno produtor rural que preservou a espécie e pelo que quer ter a oportunidade de fazê-lo.

E há que se conclamar a fazerem sua parte os representantes dos médicos e grandes agricultores, e mesmo dos que pleiteiam as causas dos industriais da madeira e celulose que, em última análise serão os grandes beneficiários da restauração desta valiosa espécie florestal, hoje substituída por variedades norte-americanas,

de qualidade inferior, mas sem óbices legais ao seu cultivo e colheita.

PROJETO DE LEI Nº 255/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Clube do Cavalo de Porto União da Vitória, CNPJ nº 81.650.236/0001-75, com sede e foro no Município de União da Vitória.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) PEDRO IVO

JUSTIFICATIVA:

O projeto do Clube do Cavalo de Porto União da Vitória, com sede na Rua José Pedro Costa, nº 50, bairro São Joaquim, inscrita no CNPJ nº 81.650.236/0001-75, com sede e foro no Município de União da Vitória, tem por finalidade facilitar o relacionamento entre seus associados e destes com as entidades privadas ligadas ao cavalo, e, entidades públicas, podendo para tanto celebrar convênios, contatos e praticar todos os atos legais.

O referido projeto facilitará esta entidade à execução de seus objetivos, uma vez que poderá contar com recursos oriundos do Poder Público Estadual.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna fazer uma discussão que, a meu ver, é um tema que deveria preocupar toda a classe política e todos os dirigentes partidários que estão com mandatos eletivos, e quem é militante político, quem defende o fortalecimento dos partidos, quem defende a democracia brasileira.

O modelo político eleitoral brasileiro, na minha visão, está falido, está condenado. O modelo não serve à visão coletiva partidária. O modelo serve à visão individual das pessoas que conseguem se cercar da circunstância do poderio econômico para um modelo que, de fato, não é bom para a democracia brasileira.

Já o modelo que eu defendo, que acredito que deveria ser votado no Congresso Nacional, inclusive o Governo Federal tomou a iniciativa, encaminhou seis proposições de forma separada, até para tratar de forma separada, tema por tema, para que consigamos avançar,

principalmente naquilo que, na minha visão, é o mais elementar e fundamental.

Espero que o Congresso Nacional vote pelo menos dois pontos que são, na minha visão, relevantes e garantidores do aprofundamento da democracia brasileira e o fortalecimento dos partidos políticos.

O primeiro ponto é o financiamento público das campanhas. O modelo hoje existente privilegia o financiamento privado e quem é doador - não faço crítica ao doador necessariamente - mas o doador hoje não quer se expor, tem medo, pois pode ter problema na prestação de contas do Parlamentar. O modelo hoje privilegia os “caciques partidários”. O modelo hoje privilegia o dirigente que tem acesso direto, muitas vezes, ao poder central. O setor privado sabe quem são os dirigentes que têm acesso ou articulação política.

Este modelo não pode prosperar. Na minha visão, tem fragilizado a luta coletiva e privilegia o “caciquismo” individual.

Portanto, o financiamento público é fundamental. A proibição do financiamento privado é uma das boas saídas para a sociedade, para o fortalecimento dos partidos, para que as eleições sejam igualitárias. Hoje uma eleição proporcional, ou de Governador, exige, além da articulação política, uma estrutura econômica significativa. Eu sinto isso, percebo isso.

Já participei de várias campanhas e falo com tranquilidade e com segurança que no País, hoje, as propostas que estão tramitando no Congresso, essa proposta do financiamento público, espero que até setembro o Congresso vote sobre este tema e haja um amplo debate da sociedade. Seria ideal que a mídia nacional discutisse amplamente a importância que isso tem no sentido de dar mais independência ao Parlamentar eleito pelo seu partido. O Parlamentar, que não dependa do financiamento privado para se eleger, que possa agir e votar de acordo com os interesses da sociedade. Quando há um financiamento privado muito claro e evidente e há negócios de setores que financiam campanhas e, muitas vezes, têm interesse nos negócios públicos, sabemos que o interesse privado está acima do interesse político. Isso é ruim para a democracia, é ruim para o político e desgasta a classe política.

Para o fortalecimento dos partidos, além do financiamento público das campanhas, deveria ter - e aí passo para o segundo ponto - a votação em lista. Não a votação nominal como é hoje. A votação nominal, o cidadão, muitas vezes, vota num determinado político e se elege. Ele acha que está votando em um cidadão e elege outro, como foi naquela votação do Enéas, que fez milhões de votos e teve Deputado que se elegeu com 3 mil, 2 mil votos. A votação tinha que ser numa lista. O eleitor garantiria a sua representação porque ele teria uma lista grandiosa, os dirigentes indicados por partidos políticos para escolher. E certamente teria uma representação garantida.

Aliado a essa visão da votação em lista e aliado ao financiamento público de campanha, iria fortalecer os partidos políticos. Iríamos fortalecer a visão dos programas e projetos defendidos pelos partidos políticos. O eleitor iria ter clareza de quem representa quais setores da sociedade.

Hoje o político, muitas vezes, se comporta de acordo com a pressão popular, com a pressão da mídia, não tem a autonomia que deveria ter, por causa do medo da exposição que ele está permanentemente. Quando é eleito numa lista, segue uma programação que é do conceito político partidário, não do conceito do indivíduo.

Hoje as pessoas agem cada uma para si e Deus para todos.

Infelizmente, quero concluir dizendo que seria muito importante que a classe política, dos dirigentes político-partidários, defendessem a reforma política trabalhando principalmente os temas que possam fortalecer os partidos e valer a idéia do colegiado do coletivo.

Não tenho dúvidas, Sr. Presidente, seria importante que promovêssemos aqui na Assembleia, que aqui estão representados a maioria dos partidos políticos, uma grande Audiência Pública. Mostrarmos força política no sentido de apontarmos aquilo que é possível neste momento importante da República, para fazermos as reformas eleitorais. Aquilo que é necessário para aperfeiçoar os partidos políticos e para dar mais dignidade para os eleitos, no sentido de privilegiar o conjunto das idéias que aquele partido defende, para que não haja infidelidade, para que haja uma eleição mais justa, onde o poder econômico não prevaleça sobre as idéias dos políticos.

Seria isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, Deputada Luciana Rafagnin, no Pequeno Expediente.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nesta semana, a partir de amanhã, dia 27 até o dia 30, acontece a 8ª Jornada da Agroecologia. Essa 8ª Jornada vai acontecer no Município de Francisco Beltrão, no parque de exposições. Claro que as entidades que estão promovendo a 8ª Jornada estão aguardando um público próximo a 4 mil pessoas, que geralmente é esse número que participa de todas as jornadas e que tem sempre o objetivo de discutir bastante a nossa questão com relação às lutas da reforma agrária, para que possamos ter um planeta, e de uma maneira especial possamos ter um País que possa ser saudável. Com isso se justifica o lema da 8ª Jornada da Agroecologia que é: “Terra livre de transgênicos e sem agrotóxico.” E se espera que passe ali pelas jornadas várias caravanas de pessoas, de lideranças, inclusive de outros Países que já estão confirmados, que

vão acompanhar todo o debate dessa 8ª Jornada da Agroecologia.

Fica aqui o convite a todos os Parlamentares, na sexta-feira, dia 29, a partir das 15h. É um ato político os Parlamentares que queiram participar desse ato, levar o seu apoio a essa 8ª Jornada da Agroecologia. Ela tem como objetivo maior um projeto bastante amplo para a nossa agricultura, de uma maneira especial a agricultura familiar, de um campo sem violência, sem trabalho escravo, sem conflitos e contra o latifúndio. Esse é o objetivo da 8ª Jornada da Agroecologia, que inicia amanhã no meu Município de Francisco Beltrão, no Sudoeste do Paraná.

Ocupo a tribuna nesta tarde, Sr. Presidente e Srs. Deputados e, aqui de uma maneira especial as Deputadas, gostaria de dizer que é com alegria que vimos a notícia de que o Juiz Douglas Marcel Perez, da 4ª Vara da Fazenda Pública, deferiu o pedido de 180 dias de licença maternidade para a servidora Ana Lúcia Canete.

Ela é funcionária pública do Estado do Paraná e da Secretaria da Saúde, esteve em nossa Casa, inclusive quando ainda estava esperando o seu filho. Ela entregou para nós um pedido para que votássemos aqui a PEC dos 180 dias, e quero aqui reforçar esse pedido. Na verdade, a servidora ganhou na Justiça, vai ter o direito aos 180 dias, como já ganhou o direito aos 180 dias de licença-maternidade uma professora da IEL este ano.

Acho que o nosso Estado está em marcha lenta em relação a conceder a licença-maternidade de 180 dias. Temos uma PEC junto com o Deputado Elton Welter, a PEC nº 123/07, e se olharmos um pouco a nossa história, hoje no País tem cerca de 15 Estados, mais o Distrito Federal, que já concedem licença-maternidade de 180 dias as servidoras públicas. Temos também 109 Municípios do nosso País que já concedem a licença-maternidade de 180 dias.

O nosso Estado do Paraná está bastante atrasado com relação a isso, e vejo que as servidoras, é necessário que elas entrem na Justiça através de liminar, e que elas estão conseguindo os 180 dias de licença-maternidade.

Acredito que o Paraná avançou muito e precisa avançar também com relação à licença-maternidade para podermos aprovar aqui. Gostaria de pedir que aprove-mos, o mais breve possível, essa PEC que já teve a sua primeira votação no final do ano de 2007.

Está mais do que na hora, e os Deputados, acredito que têm a maturidade e sabem o quanto é importante a licença-maternidade dos 180 dias.

Gostaria de reivindicar o apoio de todos os Parlamentares para que possamos votar e conceder à todas as servidoras públicas do nosso Estado a ampliação da licença-maternidade de 120 para 180 dias, que é um direito das servidoras e estamos atrasados nesse processo.

Quinze Estados já concederam, mais o Distrito Federal, 109 Municípios já concederam e as nossas servidoras do Estado estão conseguindo através de liminar.

Para nós será um atraso se demormos para votar essa PEC.

Peço aqui, Sr. Presidente, que votemos o quanto antes essa PEC, para darmos esse direito às servidoras do nosso Estado, de dar uma licença-maternidade de 180 dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Para quem tem acompanhado os jornais que circulam no dia de hoje e os noticiários das televisões e das rádios, imagino que uma boa parte dos paranaenses, principalmente os funcionários públicos, foram colhidos de surpresa por uma notícia que o Governo do Estado não irá aplicar o aumento, embora pequeno, para os funcionários públicos estaduais no mês de maio.

Não vi o Governador, mas tenho acompanhado a imprensa e tenho ouvido a manifestação do Líder do Governo, que representa o Governador e o Governo aqui na Assembleia Legislativa.

As declarações que se tem dado é que o Governo não consegue implantar o aumento salarial agora no mês de maio, porque houve uma demora na votação do projeto que concede o reajuste.

Ora, Srs. Parlamentares! Com todo respeito que tenho aos Poderes Constituídos, aos meus Pares aqui na Assembleia Legislativa, como Democrata, aceito e respeito o Governador do Estado do Paraná, mas não posso concordar com essas declarações. Não pelo fato de fazermos Oposição, vamos ser honestos conosco, não vamos falar para a sociedade do Paraná e para os funcionários públicos que não se consegue implantar um aumento no mês de maio porque o projeto teve uma demora aqui na Assembleia.

Já disse uma vez, dos 54 Parlamentares que aqui na Casa estão, ninguém chegou por acaso. Cada um sabe do seu dever e da sua responsabilidade. Não dá para aceitar uma acusação, uma desculpa leviana, como essa de não querer dar o aumento para o funcionalismo público.

Vejam, Srs. Parlamentares, não sou da CCJ, mas hoje fui informado que passou na CCJ uma mensagem do Poder Judiciário concedendo um aumento de 5.9% para o seu quadro a partir do dia 1º de janeiro deste ano.

Vi alguns repórteres comentarem hoje que as declarações do Governo são de que no mês de maio não tem; se paga no mês de junho e não há retroativo para o mês de maio.

Ora! Claro que pode, não venha dizer para nós. Então digam para a sociedade do Paraná e para os funcionários públicos: “Nós não vamos pagar o mês de maio e

acabou”. Porque a mensagem do Governo do Estado, olha o que ela diz, que nós votamos.

Artigo 5º: *Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros condicionados à disponibilidade orçamentária financeira ao comportamento da receita e as disposições da Lei Complementar nº 101/00.*

Agora, eu queria mostrar ao Paraná, para os Srs. Parlamentares e principalmente para os funcionários públicos do Estado do Paraná, que quando apresentamos as emendas, fomos chamados de demagogos e outros adjetivos a mais. E uma das emendas que apresentamos, vejam, Srs. Parlamentares, o que diz a emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 186, artigo 5º: *Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de maio deste ano.*

Esta era nossa emenda, que foi rejeitada, porque o projeto que o Governo mandou aqui para a Assembleia, não tem data para ser implantado, como o próprio Governo afirma agora. Ora! Se o Governo não quer implantar, dizendo que não há tempo suficiente, isto não é desculpa. Não implanta porque não quer. A meu ver, o Estado do Paraná, um Estado avançado, tudo está informatizado, é só aplicar o índice de aumento na folha e num dia roda-se a folha com o novo valor.

Vamos até admitir que o Governo já tenha rodado a folha. Dá para fazer outra folha, sim. Mas, se o Governo disser: “Não, não dá, a folha foi rodada com salário do mês de abril.” Faça uma folha complementar, agora, com o aumento proposto pelo Governo do Estado. Não faz porque não quer. Se são 35 ou 36 milhões que representa este aumento para a folha, são estes 35 milhões que o Governo vai segurar no seu caixa. O Governo do Estado vai segurar os 35 ou 36 milhões, talvez para liberar alguns recursos para alguns Municípios, ou mesmo para os Parlamentares, como disse o próprio Governador. Ele mesmo disse: “Os Deputados que não votarem de acordo com o projeto, não receberão mais as benesses do Governo. Que não venham mais me incomodar.”

É isto o que o Governador tem afirmado. Talvez estes 35 milhões sejam para fazer algumas obras no interior. Não se dá para o funcionalismo, mas de repente para beneficiar um ou outro Município e pegar os Deputados que votaram a favor dos interesses do Governo, para levar estas obras lá para os seus Municípios e para sua base.

O que queremos, na verdade, e o que pedimos quando apresentamos estas emendas, foi apenas que se mantivesse a coerência. O Governador determinou 15% para o setor privado, mas para os seus funcionários apenas 6%.

Hoje, eu diria, quando a CCJ aprova mensagem do Tribunal de Justiça com aumento retroativo a 1º de janeiro deste ano, o Governo do Estado diz que não pode, no mês de junho, conceder este aumento para o mês de maio, ora, isto é conversa para querer enganar alguém! A nós, não! E eu acredito que nenhum funcionário do Estado do Paraná, nem civil nem militar, vai acreditar

nisto que o Governador diz. Mesmo porque a data-base do funcionalismo público é o mês de maio. Isto não é nem reajuste. É uma reposição das perdas que o funcionário teve. E a data-base é maio e não é junho.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Quero antes cumprimentar a Deputada Luciana Rafagnin pelo seu pronunciamento e corroborar com o seu pedido, somando-me a ele também, Deputada Cida Borghetti, a senhora que certamente também sente as mesmas angústias quando vê muitas mulheres funcionárias públicas tendo que recorrer ao Judiciário para que obtenham um direito que já está esculpido na legislação federal. Esperamos, Deputada Luciana Rafagnin, que em breve também possa ser um direito de todas as funcionárias públicas do Estado do Paraná, até porque não há nenhum motivo para que não o façamos.

Mas, venho a esta tribuna, Sr. Presidente, para comemorar um ato do Governo Roberto Requião, que no dia 15 de maio de 2009, há 11 dias, publicou o Decreto nº 4742, publicado no Diário Oficial nº 7971, de 15 de maio de 2009, que institui e regulamenta a Lei nº 11911/97, que assegura o transporte gratuito nas linhas comuns de transporte intermunicipal de passageiros aos portadores de deficiência comprovadamente carentes, regulamenta a Lei nº 11911/97 com as alterações da Lei nº 13720/01 e de nº 15051/06, que aprovamos nesta Casa e foi vetada, na primeira ocasião não conseguimos derrubar o veto, reapresentei o projeto, novamente conseguimos aprová-lo, mais uma vez o Governador vetou e aí derrubamos o veto e o então Presidente Hermas Brandão promulgou a Lei, que levou o nº 15051.

Esperamos, durante esse período, desde 2006, que houvesse a regulamentação dessa lei. Nós entendíamos inclusive que não precisaria nem regulamentar, porque ela era autoaplicável, mas tínhamos um debate feito ao longo desse tempo com o Ministério Público, com o Sr. Rogério Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes, e com o Secretário Luiz Forte Neto, e havia um entendimento da parte desses dois Secretários e também do Ministério Público que era preciso um decreto regulamentando essa lei.

Para nossa satisfação e certamente satisfação de todos aqueles que precisam do transporte gratuito, que precisam do transporte intermunicipal para poderem fazer o tratamento continuado de saúde, e dou exemplos, porque muitas pessoas vêm fazer o tratamento em Curitiba, gratuitamente, mas não conseguem o deslocamento gratuito, e por isso mesmo recorrem, às vezes, àquelas

ambulâncias que ficam fazendo o Estado do Paraná para cima e para baixo, aos ônibus que ficam andando para cima e para baixo com as pessoas e deixando em hospitais, de porta, não têm autonomia para retorno, e com essa regulamentação essas pessoas poderão, com 24 horas de antecedência, requerer no mínimo dois assentos em cada ônibus, de cada uma das linhas, que serão disponibilizados.

Obviamente que as empresas têm 60 dias para se adequarem, obviamente que isso vai gerar um debate, mas quero aqui cumprimentar o Governador Roberto Requião, porque depois de todo esse período houve o entendimento com o Secretário Gilberto Martin e o Governador Roberto Requião, em uma ação que vai alcançar centenas e talvez milhares de pessoas em nosso Estado, faz com que hoje as associações de pessoas portadoras de deficiência, das pessoas que têm deficiência visual, daqueles que são deficientes auditivos, dos cadeirantes, dos que estão fazendo hoje, exemplo, tratamento continuado com insuficiência renal crônica, terapia renal substitutiva, câncer com tratamento de quimioterapia, radioterapia, transtornos mentais graves, portadores de HIV, mucoviscidose, hemofilia, esclerose múltipla, enfim, uma série de patologias que hoje podem ser atendidas gratuitamente, mas que essas pessoas não tinham, muitas vezes, condições de fazer esse tratamento por falta de condições econômicas para deslocamento. E o Governador Roberto Requião, ao fazer esse decreto, certamente temos aqui, Deputado Romanelli, que reconhecer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e saudar essa iniciativa do Governador Roberto Requião, o Decreto nº 4742, de 15 de maio de 2009, é para muitas pessoas a redenção que está sendo aguardada. Então, isso prova mais uma vez que podemos fazer todo tipo de crítica, todo tipo de política, e nem por isso aquilo que é positivo, Sr. Presidente, vamos deixar de ter reconhecido. Acredito que esse é um decreto positivo, é positivo para esta Casa, é positivo para as pessoas que necessitam dessa ação, e eu, claro, fico extremamente feliz por ter sido, junto com os Srs. Deputados, autor, e por ter sido também aquele que votou favoravelmente, assim como os Senhores também votaram favoravelmente à essa lei que será a redenção de muitas pessoas que hoje poderão fazer esse tratamento, e que até agora eram impedidas por falta de condições econômicas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, senhoras e senhores que estão aqui partici-

pando desta Sessão, também aos telespectadores da TV SINAL.

Inicialmente quero aqui agradecer a presença do nosso Vice-Prefeito de Araruna, Sr. Renato Toaldo e Vereadores René Duarte e Roberto César. Obrigado pela presença de vocês aqui.

Quero falar, mais uma vez, da falta de Segurança Pública. Esta semana eu visitei alguns Municípios, mas precisamente num deles tivemos uma reunião com os Vereadores, no Município de Jardim Alegre, e lá, Sr. Presidente, recebi alguns pedidos do Conselho Comunitário de Segurança de Jardim Alegre, na verdade reiterando alguns pedidos que eles já tinham feito à Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná, e não foram atendidos. E aí eu vi, também do Presidente do Conselho de Segurança de Jardim Alegre, que é o Sr. Antonio Spozito, algumas reclamações, a comunidade participou da reunião junto com os Vereadores, que é liderada pelo nosso Vereador Carlos Doreto; também participou conosco o Prefeito de Jardim Alegre; estiveram presentes o Vereador Rubens Vanderlei de Castro, Venício Pascoal de França, o Sr. Spozito que é do Conselho de Segurança.

O que relataram para nós nessa reunião? Que lá tem acontecido constantemente roubos de máquinas, equipamentos. As pessoas estão com medo lá na Cidade de Jardim Alegre, e hoje nem fazem mais reclamações, porque senão o bandido vai na casa da pessoa ameaçar. Falaram sobre tráfico de drogas, que a cadeia pública de Jardim Alegre não tem condições de receber mais presos. Que a cadeia vizinha, de Ivaiporã, tem mais de 100 presos num espaço para 40 presos. E a comunidade foi falando e nós ouvindo, para podermos vir aqui e pedir o apoio de V. Exas. para ajudar Jardim Alegre. A Segurança Pública em Jardim Alegre é lastimável! Tem o número de policiais menor que o necessário. Já teve 12 policiais e hoje tem cinco.

Percebo que o Governo do Estado leva os ônibus para os Municípios e tira os policiais. Jardim Alegre está sofrendo com a falta de Segurança Pública. A população está amedrontada. Inclusive o Vice-Governador teve a sua irmã candidata a Prefeita e perdeu a eleição. Segundo dizem, em função do Governo ter perdido a eleição, não tem ajudado o Município de Jardim Alegre.

Quero deixar aqui o meu pedido, para que o Jardim Alegre volte a ter as condições de segurança que já teve um dia e que hoje não tem.

Peço a todos os Deputados que nos ajudem. Não dá para entender, até a Cidade da irmã do Vice-Governador ele deixa um caos a Segurança Pública.

Para finalizar, a presença dos Vereadores, mas principalmente aos moradores que tiveram a coragem de trazer essas reivindicações, porque infelizmente o Governo virou as costas para o Município de Jardim Alegre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Último orador inscrito, com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero aproveitar este momento, e aproveitando que sou dotado de olfato e audição privilegiados, fazer o registro do meu descontentamento, porque não sei de onde está vindo um cheiro desagradável e predominante, no plenário, de incenso.

Quero, nesta tribuna, fazer o contraponto da opinião do Deputado Elton Welter que, com rápidas e sábias palavras, falou da importância emergencial de uma reforma política. Nisso concordo com o Deputado em número, gênero e grau. Mas tenho algumas questões que quero levantar, quais me embaso para me sentir muito à vontade para discordar do Deputado Elton Welter. Primeiro, quando se fala de financiamento público de campanha.

Eu penso, Deputado Luiz Carlos Martins, que financiamento público de campanha, inicialmente, não extinguirá a corrupção e nem o caixa dois, como tem sido alardeado. Mal comparando, voltando aos ensinamentos dos nossos avós, dos nossos pais, que costumavam dizer que aquilo que não é seu por princípio você não deve tocar, seja um centavo, seja um milhão, porque não é o valor propriamente dito, mas o significado da coisa que não é sua. Aqueles que predominantemente não possuem uma índole exemplar, criarão seus mecanismos, criarão seus meios para, embora com o financiamento de campanha, manter o famosíssimo caixa dois. Então, que o nosso telespectador medite sobre isso e não se iluda.

Além do mais, me despiando do aspecto político, pensando como cidadão comum, eu particularmente gostaria de ser consultado, não sei, talvez, por um referendo popular, para que então, depois dessa consulta pública, depois que me perguntassem se eu quero eu não financiar a campanha de um político, eu decidir por sim ou por não, porque você dar a conta para a população pagar, sem consultar se ela quer pagar essa conta, me desculpe, não é coerente você imputar à sociedade que financie os políticos, que, diga-se de passagem, não estão em alta. A credibilidade dos políticos de forma generalizada não é a sétima maravilha do mundo. Então, penso que essa decisão não soaria positivamente para a sociedade. Eu não gostaria de financiar a campanha de nenhum político, e penso que boa parte da sociedade também não.

Vamos falar de lista fechada. Há aqueles que afirmam que com o mecanismo da lista fechada se fortaleceria, os partidos políticos, que cá para nós, tem com raríssimas exceções, têm sido um mal necessário. Você é obrigado, pela atual Lei Eleitoral, a estar ligado a uma agremiação política, um ano antes, para poder disputar as eleições. Fora isso, muitos partidos não têm feito...

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PRB/PSB/PV

Ora, boa parte dos partidos políticos não têm feito o papel para o qual foram criados. Então, penso e quero que o nosso telespectador, aqueles que estão acompanhando esta programação, ou os que estão presentes, apenas reflitam comigo, apenas pensem. Estou levando-os a uma reflexão. Não sou o dono da verdade, Deputado Neivo Beraldin, até porque a verdade é muito relativa, principalmente se trazida para o campo terreno e não o campo espiritual. Há um ditado popular que até afirma: “Entre a minha verdade e a sua verdade existe a real verdade!”

Falando de lista fechada, inicialmente, penso que aqueles que fazem uma política que foge à regra do tradicional, esses, certamente, jamais ocupariam os primeiros lugares da lista. Não ocupariam. E não é so no meu partido não, é em qualquer partido. Se a figura, tendo ou não mandato, for um pouquinho mais polêmica, duvido que teria condições de ser um dos primeiros lugares da lista, salvo se tiver algo para dar em troca desses primeiros lugares.

Eu sei que a intenção, conforme apregoam alguns, é fortalecer o partido, mas isso é muito perigoso. Vemos isso na prática com relação ao voto do salário dos funcionários públicos. Bastou fugir um pouquinho da regra, ameaçar agir de uma forma diferente da cartilha predominante, que existiram publicamente ameaças que levaram muitos Parlamentares, ou a recuarem literalmente entre a cruz e a espada. Imaginem se já fossem, predominantes essas regras severas, moralistas, para fortalecer o partido. Muita gente não sobreviveria, gente que traz consigo o reclame da sociedade, ou de uma parcela da sociedade: o negro, por exemplo, dificilmente ocuparia o 1º lugar da lista, dificilmente; os grupos com menor representatividade na sociedade, os marginalizados ou postos à margem da sociedade.

O cigano ocuparia uma lista em 1º lugar, 2º lugar em um partido? As mulheres ocupariam o 1º lugar dessa lista? E ainda insistindo nessa minha afirmação, Deputado Luiz Carlos Mastins, os que fazem uma política diferente, como V. Exa. que é um talentoso, fisicamente teriam os primeiros lugares da lista. Por quê? Porque os caciques ou generais dos partidos, das siglas partidárias, é que iriam numerar o posicionamento dessa lista. Os filhos do Rei, obviamente, ocupariam os melhores lugares.

Pelo modelo atual para se fazer uma chapa completa de candidatos a Deputados Estaduais, por exemplo, podemos disponibilizar 82 vagas. E um partido, como os grandes partidos que ocupam assento nesta Casa e que elegem 10, 12, 15 Parlamentares, o que faria para motivar aqueles que ficarem no fim da fila? O que vai motivar essa pessoa a disputar uma eleição?

Então, vejo que esse mecanismo, sim, vai desmotivar o cidadão honesto, correto, que tem uma proposta,

que tem um ideal, muitas vezes, de sair em defesa da classe que representa. Pode ter a certeza disso.

Então, tudo isso que falo, amigo telespectador, nobres Pares, é para que V. Exas. a imprensa, a sociedade, reflitam, porque nem sempre o discurso aqui alardeado condiz com a realidade. Estava aqui nos bastidores conversando com alguns colegas, e um se dirigiu a mim e disse: “Mas, Deputado Pastor Edson, o senhor é Presidente do partido, não precisa se preocupar!” Mas é justamente por isso que eu me preocupo, é óbvio.

Então, quer dizer, o camarada que detém o mando do partido, que é o Presidente do partido, ele não tem que se preocupar mesmo. Eu não estou me preocupando por mim, estou me preocupando com aqueles que sequer detêm um mandato. Esses dificilmente entrarão e deterão o mandato um dia dessa forma, nesse modelo que estão querendo propor. Afirmando que ganharão apenas os caciques dos partidos, ganharão apenas os donos dos partidos, mas o cidadão mesmo não se sentirá motivado e nem terá razão para motivar-se para disputar a eleição.

Ora, quero também dizer que eu penso sobre a reforma política, trazemos à baila, antes de qualquer mudança um tema que é crucial e que acredito, sim, distinguirá o bom do meu Parlamentar, e é uma coisa muito simples chamada voto facultativo, o cidadão não quer ser obrigado a ir às urnas para votar em quem quer que seja. Aí sim, acredito que muitos, para conquistar o voto, vão ter não apenas que vestir a camisa, como se diz popularmente, mas vão ter que suar a camisa.

Está é a minha posição.

O Sr. Felipe Lucas (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Muito obrigado, Deputado Praczyk e quero comungar da mesma forma. Eu vi aqui um pronunciamento, todo Parlamentar tem direito de fazer o seu pronunciamento, mas nos parece, hoje, algumas questões, reformas políticas são importantes, temos hoje um sistema partidário muito bom no Brasil. Não dá para dizer que o sistema partidário é ruim. Aqueles que falam que é ruim é porque provavelmente desconhecem e não leem muito.

Eu diria o seguinte: com a sua questão, vamos por partes, se me permitir o tempo, senão depois complementamos, quando o senhor diz lista fechada, nos parece que seria o fim das pessoas poderem votar em alguém. No Brasil temos por hábito votar na pessoa, aquela pessoa que representa, e ao mesmo tempo, Pastor Praczyk, se fosse uma lista fechada, será que nessa lista fechada não ficariam somente candidatos de determinados locais? Será que alguém de determinada região poderia representar uma região?

E sabemos também, vamos ser muito claros, partidos políticos também são cartórios, são questões fechadas. Será que não vão abrir outras influências na escolha da lista?

E eu queria dizer o seguinte, também com relação a isto: eu admiro muito, não votei talvez nele, mas um Gustavo Fruet, um moço que fez uma votação extraordinária, que é um Parlamentar de linha, será que numa lista fechada esse moço apareceria? Será que novas lideranças poderão aparecer no Estado e no Brasil? Eu acho muito difícil. Agora, se colocássemos o voto facultativo, talvez ninguém mais fosse votar nessa lista fechada. Aí talvez acabaríamos até com o sistema de democracia. Mas eu volto depois a comentar.

Muito obrigado pelo tempo que me concedeu.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Agradeço o seu parte. E para finalizar, nesses segundos que me restam, eu falei de exemplos clássicos presentes na sociedade e que precisam dessa forma democracia de votar e serem votados. Falei dos negros, falei dos indígenas, das mulheres. Eu, por exemplo, como Pastor, duvido que tivesse o privilégio de ocupar os primeiros lugares da lista em qualquer agremiação política, até porque muitos que aqui estão - e eu não vou nominá-los, até para não ser injusto - só tiveram espaço em determinados partidos porque acreditavam que faríamos muitos votos, mas não o suficiente para nos eleger. E aí houve o que falamos no mundo futebolístico: a zebra. Podem ter certeza disto.

E vou mais além, se por qualquer motivo um jornalista, por exemplo, que muitas vezes é persona non grata no meio político, você acha que um jornalista teria os primeiros lugares da lista para disputar eleição?

(Término do tempo)

Grande Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Passa-se ao horário do Grande Expediente.
Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores e senhores.

Não iria tocar neste tema hoje, até porque já fiz uma questão de ordem e estou aguardando que a Mesa Executiva cumpra com o seu papel posterior e defina a questão de ordem que fiz por escrito, como determina o Regimento Interno desta Casa.

Mas, provocado pelo Deputado Elio Rusch, acho importante fazer algumas considerações a respeito das emendas. Ainda das chamadas emendas. E vejo o dilema e o prejuízo que essas emendas trouxeram à maioria das pessoas desta Casa e a esta Casa.

Então, Srs. Deputados, acompanhando a imprensa, os jornais, as rádios, fiz um balanço de tudo isso que está acontecendo. Primeiro, como disse o Deputado Elio

Rusch, essa questão que o Governo diz que vai atrasar o pagamento do servidor, Deputado Rossoni, acho que o Governador não tem razão. Se ele quisesse dar o aumento, naturalmente que poderia ter dado. Como também acho que não tem razão quando fez aquelas afirmações na “escolinha”, de que o Deputado que não votasse seria condenado, não iria mais ao Palácio e assim por diante. Isso também acho errado.

Mas, em cima desse erro veio o erro principal, que se repete a cada instante, a cada instante, a cada ano nesta Casa, quando os Deputados da Oposição, com a intenção de fazer o jogo político, propõem as emendas que não deveriam propor. Emenda inconstitucionais, que não deveriam nem serem recebidas pela Mesa. A Mesa jamais poderia receber as emendas desses Parlamentares. Emendas que os Deputados sabiam que, mesmo aprovadas, elas levariam o veto do Governo e, se derrubasse o veto, elas seriam derrubadas no Poder Judiciário, porque exatamente elas não tem poder. Este poder não tem previsto em lei, o direito de mexer de acordo com a Constituição do Estado e a Constituição Federal, que é o que determinam as leis neste País.

A Oposição errou. A Mesa, mais uma vez, errou ao receber. Fiz esta questão de ordem antes de tudo começar e o Presidente Nelson Justus disse, naquela mesa, que eu estava correto. Mas, recebeu, as emendas. Essa emendas que serviram só para desgastar o Poder Legislativo, emendas inconstitucionais.

Vejo sempre o Deputado Rossoni e o Deputado Elio Rusch dizem aqui: “Não vamos governar olhando pelo retrovisor”. Já vi o Deputado Rossoni dizer: “Quando Líder do Governo, errei várias vezes”. Com a sua humildade, ele falou aqui. Mas, que o erro do passado não justifica o erro do presente. Também concordo.

Então, a partir do momento em que os Deputados propuseram emendas não legais, a Mesa não tratou disso, trouxe para si um problema que desgastou este Poder mais uma vez. E não precisava.

A CCJ, que tem como Presidente o Deputado Durval Amaral, não tem dado andamento como determinam os trâmites da CCJ. Se o Presidente, o Deputado da CCJ, tivesse observado, como deve ser observada a sequência dos projetos lá apresentados, ele já teria colocado na Ordem do Dia o Projeto de Resolução nº 007/08, de autoria do ex-Deputado Professor Luizão. Está lá na CCJ, numa gaveta, desde o dia vinte e nove de abril de dois mil e oito. Está lá.

O que diz essa resolução do Deputado Luizão, que passou por pouco tempo aqui, mas fez uma resolução boa? Que era para as emendas não virem para o plenário. Está aqui, parada nas gavetas da CCJ. Se isso tivesse sido apreciado, quem sabe as emendas não teriam vindo ao Plenário como vieram.

Srs. Deputados, aqui me deparo com outro procedimento, que é feito de um outro partido e que veio a machucar um membro desta Casa. Cada um tem o seu partido, Deputados aqui desta Casa. Mas aqui vejo hoje a

preocupação do Deputado Felipe Lucas, Sra. Presidente, o Deputado Douglas Fabrício, o Felipe Lucas é do vosso partido, preocupado porque o seu partido - comandado pelo Deputado Rubens Bueno, que é tido como um dos homens mais exemplares deste Paraná, pelo menos vimos isso na eleição - partido novo, partido limpo, o PPS fez uma reunião e definiu que os seus Deputados deveriam votar com as emendas para aumentar o salário dos servidores. O partido não podia ter feito isso, porque o Presidente do partido, o Deputado Rubens Bueno, já foi Deputado Estadual, Federal, Secretário e Prefeito, ele sabia que não podia indicar, através de uma reunião, que os Deputados votassem emendas inconstitucionais. Ele não podia. Como também, tenho certeza absoluta que o mandato do Deputado Felipe Lucas jamais será ameaçado. Sabe por quê? Porque ele votou dentro da legalidade. Ele não podia votar as emendas eram inconstitucionais e ele não podia ter votado. O partido jamais podia ter obrigado ele a votar. Por que não podia? Porque o Presidente do partido sabia que eram inconstitucionais as referidas emendas.

Quando foi votado o aumento dos servidores desta Casa, Deputado nenhum fez emenda. Nenhuma emenda, Calou-se o Plenário desta Casa. Por quê? Ninguém vai debater com o Presidente da Casa.

Hoje está na Ordem do Dia o aumento dos servidores do Tribunal de Contas. Pergunto a esta Mesa: existem alguma emenda para aumentar para 15% o salário dos membros do Tribunal de Contas?

Que eu saiba, passei pela Mesa, não tem nenhuma emenda. Até aqui ninguém fez nenhuma emenda, nem a Oposição, nenhum Deputado independente. Ninguém colocou nenhum aumento para os servidores do Tribunal de Contas. Por quê? Não sei.

Na próxima semana vai entrar nesta Casa o projeto de aumento dos servidores do Tribunal de Justiça. Já entrou nesta Casa. Já está aqui, foi lido ontem. Aumento de 5.81. Quero perguntar: haverá emendas a esse projeto? Claro que não, Sra. Presidente, porque é ilegal, é inconstitucional. Mas contra o TJ, contra o TC ninguém vai apresentar emendas. Por que apresentaram contra o Governo do Estado? Questão política. Só. Desgaste político.

Ou vamos imaginar que um Deputado que tem quatro ou cinco mandatos nesta Casa, dos Deputados do alto-clero - porque aqui tem o baixo-clero e o alto-clero: o baixo-clero, são aqueles que dizem amém a tudo; o alto-clero são os que trabalham em poucos e definem o que muitos fazem - aí imaginar que o Deputado do alto-clero não iria saber que as tais emendas eram inconstitucionais? Não! Tudo é desgaste político!

Respondendo ao Deputado Elio Rusch, não vamos olhar pelo retrovisor. Sigamos em frente, Deputado Rossoni, como V. Exa. tem dito aqui, e estou querendo aprender com V. Exa., porque temos que aprender.

É tão ruim quando se fala que não quisemos dar aumento. Não é verdade! “Os Deputados votaram con-

tra!” Não votamos contra! A matéria foi aprovada por 52 votos favoráveis. Todos votaram a favor do aumento.

Não se votou pelas emendas porque o Parlamentar está impedido, de acordo com a lei. Vamos parar com essa coisa que atrapalha a Assembléia.

Estão aqui os jornais dizendo, espero que o nosso Presidente tome uma posição, defina essa questão, a emenda não pode ser votada nesse sentido. O desgaste que nós passamos é muito grande. Se eu contar para vocês o que algumas rádios e alguns jornais falaram, tem gente que vai ficar assustada, mais é o linguajar que aparece.

Por isso, Sr. Presidente, só queria falar mais uma vez, fiz a questão de ordem, está com a Mesa, mas queria defender o Deputado Felipe Lucas.

Deputado Felipe Lucas, V. Exa. não se preocupe que não será cassado por seu partido. Não há lei que tire o senhor do seu partido, porque o seu partido jamais poderia dizer a V. Exa. que deveria votar medidas inconstitucionais. Jamais! Tenho que cuidar do meu partido, mas quando vejo a ansiedade de V. Exa. vou lhe defender, porque sei que V. Exa. votou pelas emendas constitucionais e não pela inconstitucionalidade.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Gostaria de me juntar ao seu pronunciamento e fazer das suas palavras as minhas palavras.

Estive com os sindicatos no meu gabinete, discutindo com eles e vendo que realmente não tinha a menor possibilidade de as emendas prosperarem. Conversei com outro Parlamentar que defendia e propôs as emendas e perguntei: você sabe que isto é inconstitucional? “Sei!” Mas por que vamos expor a Casa dessa forma? “Porque abrimos um canal de discussão”.

Acho que não logramos êxito, realmente expôs. Conversei com o sindicato, defendi a minha forma e votei contra as emendas, porque sabia da ilegalidade e da inconstitucionalidade delas.

Parabéns a V. Exa. por esse pronunciamento.

O Sr. Felipe Lucas (PPS)

Deputado Jocelito, sei da sua capacidade rápida de entender temas, e isso me admira quando vejo os seus pronunciamentos, a sua inteligência.

Gostaria de, já que fui citado, colocar algumas questões. O Governador Roberto Requião jamais ligou à minha pessoa e provavelmente à alguma de vocês, pedindo que votasse de acordo com o projeto que veio, para que se desse aumento ao funcionalismo público.

Gostaria de citar, também, que sou funcionário público de carreira do Governo do Estado, na área da Secretaria da Saúde, e é bom que se coloque que o meu salário, hoje, é em torno de R\$ 6 mil para quatro horas, como médico. Sou funcionário, também da área federal, concursado em 1975, 1976 e o meu salário não chega a R\$ 2 mil, na mesma quantidade de horas trabalhadas, de quatro horas diárias. Acho que tenho uma falta durante

toda minha vida no trabalho. Lógico que posso ter faltas justificadas, mas uma falta só.

Quem de nós, como funcionário, não gostaria que tivéssemos um aumento? Poderia ser de 50, 100%. Mas, será que isto é viável? Será que isto é possível? Sabemos que as emendas eram inconstitucionais.

Também gostaria de ser muito claro, não sei se tem alguém do partido, está aqui o Deputado Marcelo Rangel, mas não fomos convocados para esta reunião onde se poderia ter decidido pelo fechamento da questão. E também como as emendas são inconstitucionais, estaríamos cometendo um erro.

Agradeço seu aparte e gostaria de colocar que infelizmente a Casa foi usada de outra forma. Mas, também tem muitos funcionários públicos, quantos deles, no final de semana, me cumprimentam: “O aumento que vocês nos deram era o aumento que nós esperávamos que a outra coisa era só uma questão política, nada mais questão política, nada mais que isto”.

Muito obrigado.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Serei muito breve. Quero cumprimentar V. Exa. por ocupar a tribuna e conseguir, com palavras claras e objetivas, mostrar o que é e o que não é legal. É comum, ao longo do tempo, na política, se jogar para a plateia, fazer emendas, vamos contemplar este ou aquele segmento. E simplesmente divulgar que se tem esta intenção. Mas, quando a intenção não possível, fica difícil, porque expõe efetivamente toda uma Casa que não pode brincar com coisa séria.

V. Exa. está correto, cheio e razão. Por isso, quero me somar ao seu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Agradeço.

O Presidente tem colocado e somos assistidos pelo Paraná inteiro, a partir do momento que está Casa para a ter uma televisão que é de canal aberto, sintoniza em vários pontos do Paraná, entramos numa nova era na Assembleia. E esta nova era nos inspira a acabar com alguns vícios que este Parlamento cometia e que precisam acabar.

Como prega sempre nosso querido Deputado Valdir Rossoni, não vamos olhar pelo retrovisor, vamos olhar para frente. O Presidente está fazendo o que pode, transparência, a imprensa quer que mostre tudo. Eu acho importante. Acho que tem que mostrar tudo, mesmo, temos que também começar a cumprir mais nosso Regimento Interno, nossa Constituição. Até para não “pagar mico”, porque acho que esta história da Emenda é um “mico” do Parlamento, que é colocado, cresce e depois não dá para tirar sem quebrar tudo. Foi isso o que aconteceu com relação às emendas.

Espero que possam, que me vem, servir de lição para todos nós para os Deputados, principalmente os for-

mados. Eu sou um mero radialista, não sou o melhor Deputado. Não quero ser apenas radialista. Não sou formado, tenho o 1º grau incompleto, mas qualquer acadêmico de uma universidade, ou qualquer cidadão, sabe o que é lei, porque hoje estão muito públicas essas questões.

Então acho que está na hora, principalmente daqueles que são formados, neste Parlamento, que ajudem a definir o que é lei, o que é inconstitucionalidade, o que é demagogia, o que é legal, o que não é legal e principalmente o que é mérito e o que é constitucional. Precisamos tratar disso também, Sr. Presidente, da mesma forma com que V. Exa. vem tratando da questão administrativa desta Casa. E tenho certeza que V. Exa. também vai tratar, porque não adianta depois alguém ficar bravo. Temos que cumprir a lei, temos que fazer, porque senão depois está aí a Rede Globo, na porta da Assembléia, filmando os carros para ver quem tem pontos na carteira. É uma questão que acho que todo mundo tem que estar de acordo com lei, principalmente quem faz.

Então, acho que temos que começar uma era nova, Vamos começar uma vida nova, e este Parlamento está começando, mas precisa começar no Plenário também. Temos que retirar aquele negócio do jeitinho brasileiro, porque ele não cabe mais, mas deve a lei. acabou o jeitinho e acabou aqueles que tem aqui de votar tal projeto que é mais importante. Não, ele tem que seguir um trâmite e já cobre isso. Deve-se cumprir aquele trâmite, a não ser que seja um caso que tenha apreciação do Plenário para ser em regime de urgência. Acho que está na hora de começarmos a fazer isso.

Aqui dentro ninguém é maior do que ninguém. O Presidente não é maior do que ninguém, e ninguém é membro de alguma comissão é maior do que alguém. Todos os Deputados são iguais. Alguns são mais experientes, alguns são um pouco mais inteligentes, mas no geral são todos iguais, porque é como dizia o velho Aníbal Khury: “Quem chegou aqui é porque o povo mandou.”

Concedo um aparte ao Deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Welter (PT)

Parabenizo-lhe pelo pronunciamento! V. Exa. se referiu antes a uma resolução do Professor Luizão, e citei-a ontem em aparte, a Resolução nº 007, que de fato contempla isso que V. Exa. fala, que emendas rejeitadas na CCJ não deveriam vir para o plenário. E. V. Exa. está no caminho certo. Esta Casa aprovou uma resolução que institui o COPELEGIS, que irá funcionar em breve, sendo que o Presidente já nos delegou isso. Um dos primeiros passos que a COPELEGIS vai fazer nesta Casa, com o aval da Mesa, dos líderes e de todos os Deputados desta Casa, é trabalhar as iniciativas dos Deputados como deveria ser, de fato, do ponto de vista da iniciativa, de como fazer. E também será trabalhado o termo de admissibilidade, ou seja, será trabalhado com atenção, para depois ser remetido às comissões competentes, de Cons-

tituição e Justiça e de mérito. Isso dará uma qualificação nas iniciativas de todos os Pares e certamente atenderá o desejo de V. Exa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, Deputado Elton Welter, muito obrigado, Sr. Presidente.

E estou no aguardo, porque, claro, dentro da transparência de V. Exa. no ano seguinte, poderemos evitar tudo isso que aconteceu, porque no fundo só perde o Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas para esclarecer, Deputado Jocelito Canto, cabe sempre - e disse a V. Exa. em outra ocasião - a questão de ordem no diz respeito à constitucionalidade. O Deputado Nereu Moura entrou com um pedido por escrito e V. Exa. também, para que possamos, com a resposta, criar uma jurisprudência em torno dessa questão da Comissão de Constituição e Justiça. Há efetivamente um conflito de artigos no próprio Regimento Interno, em que pese eu concorde perfeitamente que a matéria considera inconstitucional na Comissão de Constituição e Justiça só possa vir a Plenário depois de votado em Plenário um recurso, que no Regimento Interno fala em 15 dias. Queremos suprimir ou reduzir esse interstício de 15 dias para no máximo três dias, senão poderia ser através de uma manobra protelar-se demais a um ou outro projeto.

Mas caberia perfeitamente essa questão de ordem ser determinada, definida pela Comissão da Executiva, abrindo esse prazo para no máximo 72 horas, e aí sim teríamos normatizada essa questão no que diz respeito, e assim as emendas inconstitucionais, não só estaríamos fortalecendo a CCJ, como estaríamos evitando também algumas colocações, que sem dúvida nenhuma possam, a meu ver, estar muito mais parecida com manobras eleitorais ou coisa parecida.

Próximo orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Desculpe, Deputado Antonio Belinati. Só para dizer que hoje à tarde, às 17h, estará acontecendo no Centro de Letras do Paraná, uma promoção do Centro de Letras que é presidido pelo Desembargador Renato Pedroso, uma apresentação da Orquestra de Câmara da PUC, em homenagem também aos 180 anos da imigração alemã no Estado do Paraná.

Por esta razão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero pedir escusas ao Deputado Belinati, mas daqui a pouco eu vou me ausentar da Sessão, estarei presente, vou prestigiar a apresentação da Orquestra de Câmara da PUC, que é uma organização também da nossa querida cantora e pesquisadora do Paraná, que vai estar apresentando hoje diversos trabalhos. Então, Sr. Presidente, daqui a pouco eu me retiro da Sessão para prestigiar esse

acontecimento, que é também comemorativo aos 180 anos da imigração alemã.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado. Agora sim, com a palavra no Grande Expediente, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Muito obrigado pela deferência, nobre Presidente Nelson Justus, intransigente defensor desta Casa. Srs. e Sras. Deputadas, visitantes, telespectadores que nos acompanham através da TV SINAL e Rede MERCO-SUL.

Inicialmente para fazer uma crítica ao Governador Roberto Requião, por causa dessa palhaçada que montaram na cabeça do servidor público dizendo que não houve tempo de elaborar a folha de pessoal, e que esse mingüado - precisa colocar um telescópio para achar um aumentozinho tão pequeno de 6% - só vai poder entrar na folha no mês que vem.

Sr. Presidente, com a era da computação, eu que não entendo quase nada de informática, se o Estado está com problema, mandem o pessoal fazer estágio aqui na Assembleia. A folha de pessoal da Assembleia foi feita em poucas horas, para implantar um aumento de 6%. Isso é uma desculpa. Acho que é um sarro que estão tirando da cara do funcionalismo público, só pode ser isso. Na era da informática, alegar que não pode botar 6% de aumento, agora tem que esperar 40 dias, isso nem no tempo da maquininha de escrever, tinha que bater a dedo ali, acho que não demorava tanto para fazer uma folha de pagamento de pessoal, e para incluir apenas 6% de aumento!

Quero registrar a presença do Sr. Inácio Carvalho da Silva. Ele me trouxe um estudo interessante, que o irmão dele, o Ismair Carvalho da Silva, eles são moradores de Mauá da Serra, fizeram a respeito da construção da Usina Hidrelétrica de Mauá. Nós já batemos aqui, já falamos, o Paraná não está com falta de energia elétrica, vão destruir o rio Tibagi, vão destruir a fonte preciosa da vida que é a água, lembrando que em determinados pontos existem minas de carvão, e isso vai fazer com que a população de Londrina e parte da população de Cambé e, num futuro próximo, outros Municípios, vão consumir a mesma água poluída do rio Tibagi por causa dessa usina e muita gente vai ficar doente, com perigo até de alguém morrer. Para quê destruir um rio?

O Inácio estava me contando que a mãe dele, com muito sacrifício, tem um sítio em Mauá da Serra, de 25 alqueires e, com essa usina, vai cair para dois alqueires a sua propriedade. Temos que pensar nos demais agricultores que terão suas terras alagadas, por uma usina que não é prioridade agora, porque o Paraná não está com falta de energia neste momento.

Então, a minha solidariedade aos moradores de Mauá da Serra, de Ortigueira, de Telêmaco Borba, de Londrina e da Região Norte do Paraná. É um verdadeiro crime que se está cometendo com a construção dessa usina hidrelétrica.

Presidente Nelson Justus, continuo empolgado com o trabalho de V. Exa. Recebo tantos e-mails e não consigo ler todos. Gente que está acompanhando as transmissões e fiscalizando o trabalho de cada Parlamentar através da TV SINAL.

Recebo aqui da Sra. Cristiane Brito que diz o seguinte: *Chamo-me Cristiane Brito, moradora de Cidade Gaúcha, aqui no Paraná. Sou uma grande admiradora sua e do seu trabalho. Morei em Londrina alguns anos, na época você ainda era o Prefeito de Londrina, e pude ver o belíssimo trabalho feito por você para a nossa Cidade de Londrina. Saí de Londrina, fui para o Mato Grosso, onde trabalhei como Secretária da Saúde, mas nunca deixei de acompanhar o seu trabalho. Hoje voltei para a Cidade Gaúcha e continuo acompanhando pela mídia. Não mudo nunca, muito obrigada! Que Deus esteja com você, Belinati!* Muito obrigado, Dona Cristiane.

Tenho aqui também o Marco Rocha: *Gostaria de parabenizá-lo pelo seu projeto que acaba com o limite de idade para prestar concurso na Polícia Militar.* Apresentamos um projeto que se for aprovado, não vai ter mais esse negócio de limitar a idade.

Temos aqui do Reginaldo: *Deputado Antonio Belinati, estudo Direito para concurso público, não tenho condições de adquirir o exemplar do Código Tributário Nacional impresso. Solicito encarecidamente que me envie, pois será de grande valia para meu estudo.* Tem gente que está doido para ser aprovado num concurso público, mas, muitas vezes, não tem dinheiro para comprar um código para poder ter um bom desempenho no concurso. Acho que o Governo deveria fornecer, para o pessoal de baixa renda, esses códigos, quem sabe até um compromisso de depois devolver.

Fardamento para bombeiro, fazer um apelo ao Governador Roberto Requião. Aqui o bombeiro não pode nem por o nome dele, de medo de perseguição. É uma pena o servidor público não poder fazer uma crítica, por medo de represália. O servidor público, todos deveriam ter o direito de poder se expressar com ampla liberdade, sem medo de qualquer perseguição.

Diz aqui: *Deputado Belinati, é com grande satisfação que dirijo estas palavras à sua pessoa, a que, admiro muito como político. Gostaria que V. Exa. falasse aí na tribuna sobre os bombeiros, que estão praticamente sem farda, sem uniforme. Estamos quase pelados, andando feito mendigos. Para onde está indo o que nos descontam no contracheque? Está aí o pessoal do Governo para responder por que descontam do contracheque. O uniforme está velho, está suado, está batido. O bombeiro quer andar com uniforme compatível com a grande função que ele exerce. Está correto sim. Tem que trocar esse uni-*

forme que está velho. Ainda diz: *Também quero saber sobre o HPM, que está falido. Onde foram parar 25 milhões da gestão passada da diretoria da HPM?* Então, está aí ele questionando a verba da associação e, ao mesmo tempo, fazendo um apelo para que o Governador Roberto Requião mande providenciar uniforme novo para os policiais da Polícia Militar e também do Corpo de Bombeiros.

Temos aqui do Antonio Enéas de Oliveira: *Sempre recebo mensagens de suas atitudes em relação à sua luta em favor do cidadão e de desenvolvimento da Nação. Parabéns!* Bom, esse caso é uma pessoa que tem 66 anos de idade, é aposentado e, agora, quer estudar Direito, mas não tem condições. Olha que coisa interessante. Um homem de 66 anos de idade querendo estudar, mas o ensino particular está caro. O Sr. Enéas tem razão. Não está barato não. Tomara que alguma faculdade possa se interessar pelo seu caso e fornecer, quem sabe, pelo menos meia bolsa de estudo para esse cidadão.

Presidente Nelson Justus, o Minc vem ao Paraná nesta quinta-feira. Quem é o Minc? É uma das maiores autoridades do nosso País. Ele é Ministro. No entanto, antes de falar dele, quero lamentar profundamente porque, ontem, o Brasil teve a chance de emplacar uma mulher brasileira como Juíza Internacional na Organização Mundial do Comércio, a Ministra Ellen Gracie, que já faz parte do Supremo Tribunal Federal, onde foi inclusive Presidente, mas acho que por um fracasso da diplomacia brasileira, um mexicano derrotou a candidatura da Ministra, ontem. Então, o Brasil perdeu uma grande chance.

Aliás, o Presidente Lula vai bem, mas o Ministro das Relações Exteriores não tem conseguido êxito nenhum. Sempre tem alguma coisa em disputa para colocar o Brasil num destaque maior no cenário mundial. A diplomacia nossa acaba escorrendo, acaba perdendo, acaba levando desvantagem, como aconteceu ontem, nobre Presidente Nelson Justus, que a Ministra Ellen Gracie, dotada de grande sabedoria, acabou sendo preterida, perdendo a indicação para um candidato do México. Essa corte julga todas as grandes pendências sobre o comércio mundial.

Agora sim, Presidente Nelson Justus, vamos falar sobre o Ministro Minc. Não sei se V. Exa. lembra bem quem é o Minc. Não é uma figura muito popular na mídia, mas é o Ministro do Meio Ambiente. Não sei se é para isso que o nobre Deputado Elton Welter estava nos convidando. Foi para um evento no dia 1º de junho. É isso?

O Sr. Elton Welter (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Estamos promovendo uma Audiência Pública, em parceria com a bancada do meu partido, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná com a Comissão de Meio Ambiente, na próxima segunda-feira. Vamos tratar

da araucária e da sua sustentabilidade. Tema que vai tratar do papel de gestores de mananciais hídricos e à inclusão da floresta de araucária como objeto de atuação. A ideia é discutir o futuro da araucária, quais políticas públicas podem ser feitas no sentido de garantirmos esse grande símbolo do Paraná e termos uma discussão muito franca e aberta com a sociedade paranaense, com a presença dos dirigentes do IBAMA, da SEMA, do setor madeireiro da sociedade civil organizada. É a Assembleia discutindo um dos temas que tem relevância no Estado. Como a araucária é o símbolo do Paraná, está inclusive exposta em nossos símbolos em comemoração aos 150 anos de emancipação, o pinheiro é o símbolo. Então, temos que discutir em Audiência Pública essa temática.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Então, não é com a presença do Ministro. O Ministro vem depois de amanhã?

O Sr. Elton Welter (PT)

Como está ocorrendo essa operação com o IBAMA, com o IAP, com a Polícia Federal, de suspeitas de crimes ambientais, é natural que haja uma fiscalização. O Ministro provavelmente foi convidado a verificar *in loco* essa situação, para que seja sustada a possível devastação que está ocorrendo da araucária no Estado, principalmente no Sul do Paraná.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Parabéns. Sucesso!

Presidente Nelson Justus, se tiver algum Deputado aqui, agora, com um cigarro de maconha, tragando uma maconha, eu não tenho dúvida que será exigido aqui o Conselho de Ética e tudo para punir o Parlamentar. A opinião pública toda vai pedir que imediatamente o Parlamentar seja degolado.

E quando falei do Ministro Minc, foi exatamente porque houve uma marcha a favor dos maconheiros e da maconha no Rio de Janeiro, e quem era o puxador da marcha da maconha, defendendo a maconha e propagando a maconha? Era nada mais, nada menos, que o Ministro Carlos Minc, essa autoridade que vem aqui depois de amanhã.

É o que falei aqui. Pode parecer uma brincadeira, mas não é, não. Se aparecer um Parlamentar, eu não sei se tem alguém, não deve ter, graças a Deus, que venha tragar um cigarro de maconha aqui, certamente terá poucos dias para continuar nesta Casa. No entanto, o Ministro Carlos Minc estava lá propagando, estava fazendo a grande propaganda, o grande comercial da maconha, defendendo os maconheiros. Defendemos, como cristãos, que a todo dependente de drogas devemos estender a mão, fazer de tudo para poder tratá-lo, para ele se libertar do vício, porque droga nenhuma provoca felicidade.

Há quem diga, tem aquele refrão que até o nome já diz que é droga, é uma maldição. A pessoa, às vezes, mata o pai, o avô, pratica barbaridades para arrumar

dinheiro, para poder ter acesso à droga. Então, a droga não constrói nada, não traz nada de felicidade.

É uma pena que um Ministro, que deveria estar trabalhando pela paz, pela felicidade, pelo combate às drogas, estivesse ali, à frente do pelotão de frente no incentivo vergonhoso ao uso da maconha em nosso País.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PSDB: com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Presidente Nelson Justus, faz aproximadamente 15 dias que meu instinto e a minha forma de ser me segura para não subir à tribuna, para não comentar os últimos acontecimentos no Estado do Paraná, que envolvem a imagem da Assembleia Legislativa e dos Parlamentares.

Vou falar sobre dois assuntos que poucos concordam que eu fale aqui, ou talvez muitos concordem e eu esteja pensando errado: o acidente que ocorreu com o Parlamentar Fernando Ribas Carli Filho, e também, Deputado Nelson Justus, vou falar aqui sobre as carteiras de motorista que eu, principalmente eu, não quero dizer nós, tenho pontos na minha carteira de motorista.

Não tem mais jeito, Deputado Nelson Justus, de nos escondermos da realidade. Vamos enfrentar isso. Quero primeiro dizer aqui o que eu disse para uma jornalista da Folha de Londrina, na última sexta-feira, sobre o acidente do Deputado Fernando Ribas Carli Filho. Eu disse à jornalista e digo aos Srs. Parlamentares: eu sou pai, tenho uma família que é tudo na minha vida, sou avô, tenho uma esposa maravilhosa, não sei como me suporta, e aí temos o caso Fernando Ribas Carli.

Aí você vê de um outro lado as famílias das vítimas sofrendo, e sofrendo muito. E aí o assunto descarrega na Assembleia Legislativa que, é claro, Fernando Ribas Carli Filho é um homem público.

Quero dizer aos senhores que já tenho minha posição tomada. Não torno pública minha posição, para que a imprensa não me entreviste mais sobre este assunto. Falo deste microfone, já tenho minha posição tomada, se vier a Plenário vou votar, sei qual é o meu voto, mas em respeito às famílias que perderam seus filhos e também à família Ribas Carli, porque tenho certeza absoluta, dentro do meu íntimo, do meu instinto de avô, tenho certeza absoluta que o Fernando Ribas Carli pai jamais deu mau exemplo para que ocorresse o que aconteceu com o seu filho.

Nunca aquela mãe, que deu entrevista no Fantástico, deu um exemplo ruim para que seu filho cometesse qualquer irregularidade ou ilegalidade.

Agora, é importante que saibamos que somos homens públicos, devemos satisfação à opinião pública e quero dividir esta responsabilidade não apenas com os Parlamentares; quero dividir a responsabilidade com a sociedade.

Nós poderíamos, Deputado Nelson Justus, seria muito fácil o Deputado Rossoni chegar aqui: não, eu voto pela cassação, ou eu não voto pela cassação. Eu ficaria aqui pegando a mídia em manchetes de jornais, de televisão, mas acredito que na hora da dor de uma família, na hora que a família está sofrendo, estão sofrendo aquelas famílias que perderam seus entes queridos, mas eu não tenho dúvida que o sofrimento do pai, da mãe daquele que ficou vivo também é muito grande.

A exploração disso, o uso disso de forma política é que eu acho errado. Por isso, peço aqui aos meus eleitores, aos meus amigos Parlamentares, aos meus amigos de imprensa, quero dizer que sempre tive uma boa cobertura da imprensa, quero tornar público, em voz bem alta: tenho minha decisão, já sei o meu voto, não declaro o meu voto em respeito às famílias, aos pais que sofrem neste momento pelo ocorrido. Ninguém mais troca o meu voto, a favor ou contra, mas em respeito as famílias, e não apenas às famílias que estão sofrendo neste momento, que todas as famílias estão sofrendo, mas em respeito a não tirar proveito de uma situação como esta que ocorreu no Paraná.

Este é meu ponto de vista. Este é o meu posicionamento e eu não estava mais conseguindo, Deputado Nelson Justus, chegar em casa e levar esta carga para dentro da minha casa. Ninguém mais insista que eu declare o meu voto. Porque tenho certeza que a mãe que está me assistindo, o pai, a família, a pessoa que é responsável, o Parlamentar que é decente, sabe muito bem o posicionamento de todos os Parlamentares aqui.

Segundo ponto, e aí é mais fácil de ser explicado: pontos na carteira. Quero assumir aqui a culpa dos pontos que tenho na carteira. Tenho mil justificativas. Primeiro, tenho três, quatro carros que estão viajando no Paraná, estão transportando pessoas que atendo, enfim, uma justificativa. Não quero fazer uso dela.

A segunda justificativa que poderia fazer uso, que vendi um carro há um ano e infelizmente não transferiram esse carro e os pontos vieram para a minha carteira. Também não quero fazer uso.

Quero assumir de público a responsabilidade que me cabe. Se eu cometi infração de trânsito, se os meus funcionários, comigo ou não, estiveram dirigindo o meu carro e cometeram infrações, a responsabilidade é do Deputado Rossoni. Assumo. Chega disso. Se eu não chamei a atenção dos meus funcionários, a culpa é minha, a responsabilidade é minha.

Mas, poderia dizer aqui: não tive tempo, nem vi quando chegou a multa, dei para um assessor fazer a defesa. Culpa minha. Responsabilidade minha. Se os senhores acharem que isso não é o correto, me perdoem, mas eu não consigo mais ver o que está acontecendo. E

talvez sirva este momento para um aprendizado para todos nós. A pessoa com 56 anos de vida já aprendeu muito. Já vivemos momentos felizes, o dia que nasce o nosso filho, o dia que casa a nossa filha, o dia que nasce o seu neto, mas temos os momentos difíceis. V. Exa. que preside esta Casa, temos momentos que acontecem na nossa vida.

Agora, quero que amanhã todos os paranaenses saibam: os pontos que tenho na carteira não são culpa de ninguém. É culpa do Rossoni. Se eu não merecer a confiança dos paranaenses, se eu for candidato a algum cargo eletivo, se alguém que está me assistindo através da TV Assembleia não sentir nas minhas palavras que estou sendo sincero, a hora de me pegar é o ano que vem, na eleição. Não votem em mim. Não precisa confiar em mim. Agora, eu ainda confio na honradez. Sou uma pessoa que não consegue sorrir se não estiver feliz, sou muito duro comigo.

Hoje, vou embora livre, leve e solto. Meu voto sobre a questão Fernando Ribas Carli Filho está decidido. Não declaro em respeito a todas as famílias, daqueles que perderam seus entes queridos e aqueles que estão sofrendo porque não deram esse exemplo para o seu filho.

Quero dizer também que um dos bons sinais dos pontos das carteiras é que não estamos parados. Porque se o meu carro estivesse na garagem, certamente não teria. Mas, não justifica. Quero assumir a responsabilidade publicamente, através da TV SINAL, porque assim vou me sentir melhor. Porque não consigo mais ver isso e não reagir com a mesma indignação daquele cidadão que está me assistindo e diz: “Mas esse Parlamentar não pode ter tantos pontos na carteira!” Tenho justificativa, mas não quero mais dar justificativa. Eu sou o responsável. O Deputado Rossoni é o responsável. Eu respondo pelos meus atos e dos meus funcionários. Esse é o meu ponto de vista. Faço isso mais para tornar pública a minha posição. Por que não manifesto o meu voto? Pelo respeito. Por que tomo essa posição quanto aos pontos na carteira? Porque eu não tenho dúvida, o homem público tem que começar a reagir e tomar posições muito firmes.

Acontece que estamos aqui nesta Casa pagando os problemas que acontecem na política nacional. Tudo se soma à indignação popular. Com toda a razão. Se ficarmos calados, parece que estamos concordando com tudo isso que está acontecendo. Me parece, não eu, não vou fazer a defesa da minha pessoa, mas me parece que aqui, entre 54 Parlamentares, têm muitas pessoas e muitos Parlamentares que mereceriam meu voto com honradez, que dignificaria o meu voto. Vejo isso nas pessoas, nos Parlamentares que estamos aqui. Não vejo aqui nos 54 Parlamentares, alguém - nem todos mereceriam, ou eu não votaria - mas certamente muitos que estão aqui, eu votaria e me sentiria honrado de ser representado por essa pessoa.

Por isso, Sr. Presidente, me desculpem aqueles que disseram que o Rossoni podia calar, acho que eu podia

calar, silenciar, ir para casa, não vir ao microfone, mas eu me sinto melhor a partir deste momento, tornando público o meu posicionamento para que os paranaenses tenham conhecimento, para que os meus colegas Parlamentares tenham conhecimentos para que a imprensa do Paraná tenha conhecimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Rossoni, quero, como Presidente desta Casa, cumprimentá-lo mais uma vez e dizer que V. Exa. nada disse além do que esta Casa tem feito. No primeiro momento, é bom que fique bem claro, que no episódio da fatalidade que aconteceu na nossa Cidade, a Assembleia adiantou-se, antecipou-se a todos os órgãos do Estado, e imediatamente convocou o seu Corregedor e estabeleceu prazos e normas para que esse episódio seja resolvido.

Portanto, em momento algum, seja qual for o posicionamento individual de cada um dos Srs. Deputados, a Assembleia ficará à margem ou deixará de dar uma resposta definitiva à sociedade.

Eu usei a frase que parece pronta e repito: a sociedade não ficará sem resposta sobre esse episódio. Em momento algum isso irá acontecer. Estamos avançando sim.

É evidente que o caso é extremamente envolvente para toda a sociedade, e preocupante para toda a sociedade brasileira. Ora, o que não se pode, efetivamente, é condenar ninguém antecipadamente. Disse V. Exa. muito bem e já tivemos oportunidade de deixar bem claro; as três famílias sofrem horrores, e nós pais, que estamos sujeitos a passar por esse tipo de sofrimento, jamais gostaríamos de provar disso. Mas, não temos o direito de nos calarmos e não darmos uma resposta definitiva como entidade, como um Poder que tem que se manifestar. Isso não vai acontecer.

No caso de menos importância, da questão dos pontos das carteiras de motorista, V. Exa. foi muito feliz. É evidente, ninguém da sociedade pode imaginar, até os mais maldosos, querer imaginar que pelo fato de alguém ser Deputado tenha a prerrogativa de andar acima da velocidade permitida pela lei, ou de estacionar em algum lugar não permitido, ou de falar no telefone. Imaginem as pessoas bem educadas que não gostam de deixar alguém, quando nos chama ao telefone, sem resposta, então atende ao telefone imediatamente e esquece que está dirigindo. Mas não passa pela cabeça de nenhum de nós que a responsabilidade não seja nossa e que não tenhamos que arcar pelo simples fato de sermos Deputados. Somos iguais a qualquer um, temos os mesmos defeitos e as mesmas qualidades. Vamos ter os mesmos pontos que aqueles que incorrem nos erros de trânsito, que nós incorremos, e acabou-se! Não tem novidade nenhuma. Ultrapassou o número de pontos permitidos, cassa-se a carteira. Acabou-se! Não tem novidade! “Ah! Mas é Deputado!” Do mesmo jeito, não há novidade nenhuma nesse caso!

Quero cumprimentá-lo porque essa é a posição da Casa. A Casa não ficou, não vai ficar inerte e nem deixar de dar uma resposta à sociedade na questão da fatalidade e na questão que estamos vivendo a partir daquela data fatídica, porque envolve pessoas da sociedade curitibana e um Parlamentar muito querido nesta Casa, de boa família, boa índole e que merece todo o nosso respeito, mas envolveu-se numa fatalidade, e não é por causa disso que esta Casa vai se calar. Não vamos nos calar, temos a felicidade de termos entre nós um Corregedor do porte do Deputado Accorsi e um Presidente da Comissão de Ética do porte do Deputado Pedro Ivo, bem como de seus membros. Em que pese, meus caríssimos irmãos e companheiros, que alguns deles tenham ou não pontos na sua carteira. Isso não denigre de nenhum membro da Comissão de Ética, ou de nenhum Deputado. O que acontece, sim, é que eles vão pagar, como eu mesmo, o preço de ter a sua carteira com mais ou menos pontos, e a partir do momento em que se alcance o limite, cassa-se a carteira, como de qualquer cidadão normal, sem esquecer nunca que vivemos num País onde a fábrica de multas e de pegadinhas para surpreender motoristas é uma realidade.

Na nossa Cidade, no nosso Estado, nem se fala. O que é que nós vamos fazer? Vamos conviver com elas e com as normas, que elas existem.

Quero, Deputado Valdir Rossoni, cumprimentá-lo, e não me surpreendo em momento algum com o pronunciamento de V. Exa., com que convivo quase 20 anos nesta Casa. Esta Casa, em momento algum, sente-se diminuída pela fatalidade que aconteceu com um de seus membros e nem pelo número de pontos que alguns de seus membros possam ter nas suas carteiras. A lei sim, tem que ser cumprida e a sociedade não pode ficar sem resposta.

Parabéns, Deputado Valdir Rossoni. O que nós temos nesta Casa é evitado comentar publicamente, para não polemizar e não darmos mais ênfase, criarmos novos fatos para uma situação que é muito triste, que estamos passando e, podem ter certeza, os 54 Deputados e todos os funcionários desta Casa estão sofrendo junto com a fatalidade que a sociedade curitibana passou com esse acidente.

Concedemos a palavra, no horário da Liderança do Bloco PPS/PMN, ao Deputado Felipe Lucas.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Felipe Lucas (PPS)

O SR. FELIPE LUCAS

Quero cumprimentar a todos os Deputados. Ao mesmo tempo, antes de começar o meu pronunciamento, quero dizer que talvez eu tenha que corrigir, para que a imprensa, ou alguém de vocês, não tome como outra forma, quando falei que tenho um vencimento em torno de R\$ 2 mil como funcionário público federal, como médico, em quatro horas de expediente; e no Estado tenho em torno de R\$ 6 mil em outra jornada de trabalho,

mas na verdade, estou licenciado, para que não se pense um pouquinho diferente.

Também queria comentar, muito rápido, antes de entrar no assunto, como o disse o Deputado Valdir Rossoni, às vezes nós dois temos dificuldades, pela forma de cada um agir, mas acho que o momento - todos nós, isto deveria ter sido pensando um pouquinho, não deveria estar dando palpite - mas acho que é uma hora de luto. A coisa foi de uma outra forma, por ser uma Assembleia Legislativa. Acho que para todas as famílias é uma hora de luto. Então tomou-se um rumo diferente, infelizmente.

O que me traz aqui é para comentar um assunto importante, com relação à FIEP, que faz, em toda a região do Estado e principalmente no dia 25, no qual se comemora o Dia da Indústria no Paraná, em todas as regiões ela procura, de toda forma, escolher alguém por um conselho, por alguma forma, o que está acontecendo, o que tem de mais proveitoso.

Queria relatar, rapidamente, que no dia 24 de maio, Irati, que tem um Conselho da FIEP na região, como todos os Municípios, nas dependências do Samuara Clube de Campo, houve uma comemoração ao Dia da Indústria. Mas, só isso, não! Só isso é tão importante, quando vejo todos os Deputados trazendo coisas boas, e nessa data foi homenageada uma indústria da Cidade de Rebouças, que é uma Cidade importante no Estado, como todas são, mas uma Cidade até relativamente pequena, pelo seu número de habitantes. Foi homenageada a Indústria de Madeiras Chiq ou Fábricas de Móveis Chiq.

Gostaria de dizer que a FIEP integra os Municípios de Irati, Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Rebouças, Rio Azul, São João do Triunfo e Teixeira Soares. Mas, foi dado um prêmio de mérito industrial. E esta é uma questão importante, porque se destaca esta fábrica na região, escolhida através desse conselho, que levantou todos os dados do homenageado. É uma questão importante quando vemos essa comemoração. Nessa oportunidade, foi escolhido todo o mérito da empresa Móveis Chiq, do Grupo Chiquetto, instalada no Município de Rebouças.

A empresa de Móveis Chiq fundada em 1964 e baseava-se, naquela época no beneficiamento de madeira, porque ainda é uma região que tem bastante madeira, mas hoje por plantio também. Passaram-se alguns anos e a linha de produtos aumentou, sendo que no início era com caixas para frutas, legumes etc. E, 1996, essa empresa passou para outro ramo, passando a fabricar beliches e berços de estilo colonial, e no ano seguinte iniciou-se a produção de estantes para domicílio. A partir do ano 2000 a empresa descobriu e ingressou no ramo de exportação de móveis, sendo que no presente momento ela exporta 100% da produção para a Europa e para os Estados Unidos.

Então, vejamos a importância disso. A empresa possui cerca de 220 funcionários, diretos e indiretos, possui uma capacidade de produção de móveis e participa de todos os processos de elaboração de móveis, que se inicia

do plantio ao corte de pinus e eucaliptos. Hoje eles têm 700 hectares de área reflorestada. E uma questão importante é que eles exportam por todos os portos, ou seja, Itajaí, São Francisco do Sul e Paranaguá, mas a quantidade de móveis oferecidos fez saltar as exportações de um contêiner por mês para um por semana e assim, em 2009, serão exportados 210 contêineres, o que corresponde a 150 mil móveis em apenas um ano. Isso significa que a cada dois minutos um produto com a qualidade da marca Móveis Chiq é vendido no mundo. Em nível nacional, essa atuação corresponde a 7% da exportação do Estado do Paraná. Uma indústria pequena e que começou lá, corresponde hoje a 7% do Estado do Paraná. Então, é uma coisa tão importante e que a meta deles é chegar a 10% no Estado do Paraná. E tem lugares, Municípios hoje, que produzem uma quantidade enorme, mas é um Município só e uma fábrica. E hoje essas exportações correspondem a 0,7% das exportações de móveis do Brasil e ela planeja chegar a 1% na área nacional. O faturamento médio é de R\$ 15 milhões.

Então, queria colocar aqui a importância das regiões e todo o nosso Estado. Essa fábrica de Móveis Chiq é a maior indústria do Município de Rebouças, mas isso é tão importante, porque além dos funcionários, ela traz uma linha ao Brasil.

Quero neste momento, render as minhas homenagens ao Sr. Sebastião Chiquetto e ao Fábio Chiquetto, que é o Vice-Prefeito da Cidade de Rebouças, comandada pelo Prefeito Luiz Zaque, que soube industrializar aquele Município. É um Prefeito de 3º mandato. O importante disso é que está industrializado aquela Cidade.

Então, quero parabenizar os funcionários e dizer que essa luta é muito importante. Também quero, de toda forma, cumprimentar o Coordenador da FIEP da região de Irati, que promoveu esse evento que todo ano se promove e que é muito importante para a nossa região. Mas por quê? Também diria que quero completar mais um pouquinho, porque há uma luta nossa de uma estrada, e aí peço muita atenção de nosso amigo Governador Roberto Requião, que é o Governador de todo o Estado do Paraná, que possamos olhar aquela região entre Irati, Rebouças e São Mateus, fazendo uma pavimentação que é necessária para a região, para que ela, cada vez mais, se desenvolva.

Seria isso, Srs. Deputados. Quanto à questão do Deputado Jocelito, eu diria que vou comentar numa próxima oportunidade.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças, Democratas, PT. Com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Também sou um dos Deputados que tenho carteira suspensa, inclusive há alguns dias entreguei no DETRAN em Ponta Grossa e vou fazer o curso para fazer minha carteira. E falava há pouco à Rede Globo sobre os pontos que tenho na carteira e acho que estão acontecendo dois problemas sérios no País: primeiro, que é a demonização da política, há um ataque da mídia muito poderoso que tem um sentido a espetacularização da política, como se o efeito se transforma-se em causa. E tem uma tradição de Esquerda, do velho filósofo alemão que discutia a sociedade, a infraestrutura e a superestrutura, a política faz parte da superestrutura da sociedade, ela tem uma relação íntima com o que acontece na base da sociedade. Isso posto, uma sociedade mais civilizada, os seus representantes também são mais civilizados, porque eles refletem de certa forma a problemática social.

Então, nós Deputados, na verdade, refletimos a base da sociedade paranaense, das mais diversas frases. Aqui existem vários tipos de Deputados, com as mais diversas formações, com diversas concepções de mundo, com relações com a sociedade das mais diversas, porque a sociedade é assim. Desde a sociedade moderna, legalizada, funcionário público, até a sociedade formal, nós refletimos. Isso é muito bom, porque toda vez, na história da humanidade, que os políticos se julgaram acima das contradições sociais, o que tivemos foram regimes ditatoriais autoritários, cruéis, e o pensamento de Esquerda, e ação política de Esquerda na história da humanidade, pagou muito caro por esse pensamento.

Vamos pegar o stalinismo, onde o coletivo dominou o indivíduo de tal forma que se confundia o público com o privado. O Stalin se julgava no direito de pegar as correspondências, até os quadros Bolcheviques, e praticamente todos os quadros Bolcheviques revolucionários foram assassinados a mando do stalinismo. Então, não cabe mais essa ideia, e o PT teve um pouco desse viés e pagou muito caro por isso, porque a sociedade se expressa nos seus políticos, e a sociedade democrática é assim. E a imprensa tem demonizando muito.

Na minha geração, quando fazia movimento estudantil, discutíamos as grandes causas da transformação social, discutíamos a desigualdade de renda, a juventude da minha época se revoltava com a desigualdade, não aceitávamos que uma porcentagem da população tivesse milhares e milhares de alqueires de terras em suas mãos e a imensa maioria não tivesse. Isso tudo parece que não se dá mais muito interesse, parece uma coisa natural: “O mundo é assim e ponto final. Agora tem que reformar a política, a superestrutura e ponto final”.

Bom acho que essas questões são importantes, que merecem uma reflexão permanente de todos nós. E interessante, quando o Congresso Nacional coloca em pauta a reforma política, o que a imprensa faz? Imediatamente, parece uma farsa, sim. Isso é um absurdo, um crime, um ataque cruel contra a reforma política, porque não pode ter voto em lista. Quando deveríamos - e a própria imprensa está preocupada, de fato, com a transformação

da sociedade brasileira - deveria dar mais atenção às questões como a reforma política e fazer um debate mais profundo, por exemplo, sobre financiamento.

Qual é a função do Estado? Ele faz a mediação dos desiguais. E qual o problema do processo eleitoral? O problema é que as pessoas que têm dinheiro têm vantagem no processo eleitoral. Sabemos disso! Uma pessoa, no Brasil, que tem muito dinheiro, pode se eleger Deputado quantas vezes quiser, não precisa nem comparecer às Sessões. Pode ter um mandato medíocre e terá todas as condições de se reeleger através do poder do dinheiro. Nós sabemos que é assim. Sabemos que tem Deputado Federal no Paraná que fez campanha milionária, declarada, com dinheiro pessoal, e se elegeu com o dinheiro que tem. E o financiamento público faria essa mediação.

A lei poderia ser muito mais rigorosa neste momento para fiscalizar o caixa dois. A proibição de qualquer tipo de envolvimento econômico que depois tenha que devolver, de alguma forma, àqueles que sustentaram, seja para o Poder Executivo ou Legislativo. No entanto, quando se fala de financiamento público, é uma panacéia, parece que toda mídia brasileira vai contra. Quando isso permitiria que a luta política fosse mais igual. A literatura poderia contar com mais profundidade a política, mas não se faz literatura sobre política mais. Devia-se fazer, porque a literatura iria contar com muito mais profundidade o drama dos políticos das Cidades brasileiras, de enfrentar uma eleição, de endividamento, de correr atrás de recursos para poder ganhar uma eleição, da dificuldade que é.

A outra coisa é a lista que também não se fala. Entre os Países mais civilizados do planeta a eleição é com lista, porque valoriza o coletivo do processo eleitoral, que é o partido, que é a base da democracia. A lista por partido diminui o clientelismo que grassa na nossa sociedade, o político sendo obrigado a fazer favores pessoais o tempo todo, gastando o que não tem, recebendo pedidos individuais, um clientelismo histórico no Brasil. A lista fechada diminui muito isso e vai mudar completamente a lógica da política brasileira, e não se dá a devida atenção a esse tipo de debate. Claro, o cidadão que vota no partido vai ter a transparência de saber quais são os candidatos daquele partido.

Outra coisa, não quero ofender ninguém, porque as pessoas agem conforme a sociedade, é evidente que uma pessoa que tem uma rádio tem um poder muito maior de exercer o mandato. Sei por mim, em Ponta Grossa, eu não tenho onde falar, porque todas as rádios bem ouvidas são ligadas a Parlamentares, direita ou indiretamente. Ou o Parlamentar é dono, ou tem o controle da rádio e exerce o mandato da forma como ele quer. Isso é uma desigualdade na política, que deveria ser trabalhada. A lista dificulta essas coisas, porque a lista forte vai aparecer seu nome no partido, mas ele vai ter que se preocupar, além da sua conduta na gravação no rádio, mas também construir um partido orgânico, para ter mais facilidade na eleição.

Vou pegar o caso do Deputado Jocelito: se ele aparecer numa lista do partido, uma grande parte do povo de Ponta Grossa só vai votar naquele partido por causa do Deputado Jocelito. Mas existe uma mediação coletiva na ação política.

Então, devemos, neste momento em que a sociedade brasileira está tão angustiada e caem a política todas as tragédias do Brasil, fazer uma reflexão sobre uma reforma política profunda e verdadeira, que deve acontecer. E devemos aprofundar mais um debate, e aqueles que têm posição contrária, que também se expressem.

Voltando à questão da carteira, dizia à Rede Globo que está havendo um processo de autoeducação do povo brasileiro. E nós mesmos estamos nos autoeducando. Digo por mim, tenho uma relação com o automóvel muito diferente do que eu tinha. Nunca fui de correr muito. Minhas multas foram de 20% a mais de velocidade, mais alguns deslizos, celular e tal. Até aconteceram multas de radar pela Cidade, mas a minha relação, hoje, é bem diferente.

E eu reflito muito sobre a relação da sociedade brasileira. Se pensarmos, há 20 anos, quem usava cinto de segurança? Se fosse pensar, achávamos que ninguém nunca usaria cinto de segurança. Hoje, todas as pessoas usam. Nessa relação conflituosa e conflitante, as pessoas vão se educando com relação ao trânsito. Quando se colocam os radares numa Cidade, num primeiro momento, a tendência é que as multas sejam muito grandes, mas a partir do momento em que é terminada a ampliação dos radares, começa a população a sentir o impacto dos radares, e a tendência natural é que as multas vão diminuindo.

Essa lei que foi colocada pelo Estado, de proibir totalmente o álcool e a direção, o maior filósofo brasileiro que se considera hoje, que é o José Arthur Gennep, fez um estudo no calor do debate, fez uma crítica à essa lei, porque ele achava que a lei era irreal, era uma lei que não conduzia com a lógica da sociedade. Por quê? Numa sociedade em que o táxi é caro, o transporte coletivo é deficiente, que o Estado não tem o poder de fiscalização com uma lei tão rigorosa, é muito difícil que essa lei tenha algum efeito real. Então, as coisas têm que ser discutidas.

Eu também, como o Deputado Rossoni, assumo meus erros, tanto que vou fazer minha carteira, fazer um curso de 30 horas, lá em Ponta Grossa, para voltar a dirigir. Acho que temos que assumir, sem dúvida, nossas culpas, mas começar a refletir a sociedade, e os políticos são tão bons, ou tão maus, como é a sociedade que os elegeu.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PDT. PMDB. Liderança do Governo.

(**Declinam**)

Liderança da Oposição. Com a palavra o Sr. Deputado Marcelo Rangel.

Liderança da Oposição: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RABGEL

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, senhores da imprensa, cidadãos do Paraná.

Eu queria subir à tribuna, pela Liderança da Oposição, para falar a respeito do item 03 da pauta, do projeto de lei conhecido também como a PEC do Emprego, que se tornou uma proposição, e nessa proposição apresentamos uma emenda que creio ser de grande importância para o Estado do Paraná. No entanto, ouvindo os depoimentos dos nobres Deputados Rossoni, Nelson Justus, Péricles, resolvi subir à tribuna para falar com meu coração, também, sobre o caso.

Senhoras e senhores, recebemos a informação da tragédia que aconteceu, no Estado do Paraná, com uma grande surpresa. Algumas redes de televisão, aqui em Curitiba, Deputado Nelson Justus, noticiaram o falecimento, inclusive, do Parlamentar. Todos ficamos tristes com a perda de um companheiro aqui da Assembleia e, depois, com os fatos, com as notícias, com o aprofundamento de tudo que foi analisado, investigado, ficamos ainda mais atônitos, porque não imaginávamos que isso teria acontecido, principalmente por parte de um Parlamentar da Assembleia.

Hoje, queria falar e utilizar este momento com a televisão, com a TV SINAL, com os nobres Deputados, para falar com a mãe do jovem Gilmar Yared, a Sra. Cristiane. Não existe dor maior do que perder um filho. Não existe! Nenhuma dor é maior do que a perda de um filho querido e, também, da outra família.

Mas, queria dizer que quando eu estava com a minha família em casa, assistindo o Fantástico, e passou a reportagem, eu reparei em algo que eu precisava falar, Pastor, aqui, na Assembleia. O jornalista Sandro Dalpiccolo, reportando toda a dor da tragédia, estava mostrando o quarto do jovem Gilmar, e em cima da bancada do computador do jovem tinha um livro do autor William Woung, chamado A Cabana. Esse livro tem uma história triste, de uma tragédia envolvendo uma criança que perdeu a vida em uma cabana, mas envolve religião, fala sobre Deus, o Espírito Santo e sobre Jesus Cristo. Eu via que o jovem Yared tinha o livro A Cabana como livro de cabeceira, e fiquei pensando: puxa, eu gostaria muito de poder falar com a mãe, a Sra. Cristiane, que esse livro pode ser um alento.

Na minha opinião, o maior alento que uma pessoa que perde um ente querido nessas circunstâncias pode ter é o vindo de Deus. O maior de todos os alentos vem de Deus, depois o alento da Justiça dos homens, dos Desembargadores, dos Juízes que irão julgar esse caso, e também da justiça que virá da Assembleia Legislativa, da nossa responsabilidade. Rezo a Deus todos os dias, eu e a minha família, para que eu tenha discernimento, no momento correto, de dar o meu voto da maneira mais correta, seguindo o juízo de Deus.

Ficamos muito tristes com tudo isso, foi algo que nos abalou muito, muito. Abalou a Assembleia Legislativa, abalou cada Deputado, cada cidadão paranaense, porque acidentes como esse acontecem praticamente todos os dias, aconteceu com um Parlamentar e isso se tornou o maior exemplo negativo, vamos dizer assim, e principalmente deixou algo no ar para os jovens que estão nos assistindo, para os adolescentes, para as famílias, mães, pais.

Deputado Plauto, imagino que a sua irmã deve estar passando também o sofrimento de todos os envolvidos. Mas, fica aqui uma palavra para os jovens, para os adolescentes que saem à noite para as baladas, para os pais e mães que também ficam preocupados em casa e não sabem se os seus filhos podem voltar para casa ou podem, de repente, cometer algo errado e a família toda entrar em desespero e acabar sofrendo também como as outras famílias que também perderam os seus entes.

Era o que eu queria falar, do fundo do coração.

Permito um aparte ao Deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral (DEM)

Deputado, a título de informações, respeitando sempre o papel importante da imprensa, e sobretudo até disse, em hipótese alguma me vangloriando disso, em hipótese alguma, falo que não tenho nenhum ponto na carteira e não sou melhor do que ninguém, muito pelo contrário. Não tenho nenhum ponto na carteira, mas efetivamente sei que alguns colegas Deputados Estaduais estão sendo cobrados, até de uma maneira indevida. Acho que o objetivo não é realmente o da informação. Eu defendo sempre que as multas no trânsito devem ser usadas por um policial, por uma autoridade de trânsito, a partir do momento que ele intercepta o veículo, para o condutor do veículo, que diz por quê ele está sendo multado. E a partir daí você tem a conscientização, você está educando no trânsito.

Mas, só a título de informação, porque pesquisamos junto ao Departamento de Trânsito, e pedi para que se fizesse a pesquisa, e no DETRAN do Estado de São Paulo há um site disponibilizado de perguntas e respostas frequentes. Isso serve não só para os Deputados, serve para toda a sociedade, para todos os cidadãos.

A pergunta é a seguinte: durante quanto tempo os pontos da minha CNH permanecem no sistema? Passado algum tempo eles não perdem a validade? É um questionamento frequente.

Resposta de um órgão oficial de trânsito, DETRAN de São Paulo: os pontos não saem do sistema, permanecem no cadastro, mas perdem a eficácia para fins de pontuação, decorridos 12 meses da data da notificação. Exceto algumas multas gravíssimas, que são aquelas de sete pontos na carteira que, por si só, acumulam 21 pontos na CNH, são suspensivas, independentemente da data, e só sairão do prontuário após o cumprimento da penalidade imposta pela lei, que é a suspensão.

Então, só trazer esta informação, porque acho que todos têm conhecimento disso, mas acho que quem informa também precisa se informar, para informar corretamente.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Agradeço, Deputado Durval.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Queria aproveitar o que o Deputado Durval Amaral abordou para fazer um comentário. Acho que o mais importante, sou membro do Conselho de Ética da Casa, é que vou tratar este caso com correção, com isenção. Tenho certeza que as pessoas que me elegerem querem que eu participe do processo, querem saber aquilo que vou fazer, até para me avaliar, e então não posso me abster de participar deste processo.

O Durval comentou a respeito dos pontos. É uma verdade. Nesse levantamento da Folha de Londrina, inclusive acho que de maneira desonesta, conseguiu os pontos, mas isso pouco importa, porque o meu número da Carteira de Habilitação não é público, meu CPF não é público, eles compraram de algum lugar, mas independente disso os pontos não foram corretamente colocados. Há pontos no sistema, que eu fui olhar depois, de 2001, 2002, 2003, 2005, 2006, ou seja, se por acaso não tivesse feito o recurso em 2002, meus pontos estariam zerados ou o sistema é falho.

Na realidade, houve a somatória de vários anos meus para chegar nesse número, e realmente, independente disso, o mais importante é a segurança que podem ter com relação a seriedade que eu trato o caso. Com relação à correção, não posso adiantar voto, porque senão não seria mais membro do Conselho de Ética, mas a justiça será feita e mais do que isso, vou agir com a minha consciência.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Agradeço, e para finalizar, Sr. Presidente, mais uma vez digo que o mais importante é o apego espiritual, divino, e às duas famílias enlutadas desejamos nossas condolências.

Tenho certeza, é o desejo de todos os Parlamentares aqui da Assembleia Legislativa, talvez de maneira tardia, mas é de coração.

Era isto, Sr. Presidente.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, representação subscrita pelo Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, solicitando provimentos nos termos do artigo 253 do Regimento Interno desta Casa de Leis. **À Comissão Executiva.**

Comunicado subscrito pelo Presidente Nelson Justus, constante do expediente, informando aos Srs. Deputados que a Proposta de Emenda à Constituição n° 039/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, que objetiva alterar o artigo 173, e a denominação do Capítulo VIII da Constituição Estadual do Paraná, já foi publicada no Diário da Assembleia. De acordo com artigo 192 do Regimento Interno, está aberto o prazo de três dias para a apresentação de emendas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 680/09, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, a instalação de uma unidade do SIATE na região de Porto Meira, Município de Foz do Iguaçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 681/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a construção de sede do pelotão da Polícia Militar no Município de Santa Helena. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações n°s 682 a 685/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Exma. Sra. Secretária da Educação, reformas nos respectivos colégios e Municípios: Colégio Estadual Coronel Cândido Berthier Fortes, no Município de Guairacá; Colégio Estadual Dr. Duílio Trevisani Beltrão, no Município de Tamboara; Colégio Estadual Coronel Alberico Marques da Silva, no Município de Santa Isabel do Ivaí, e Colégio Estadual no Município de Paraíso do Norte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins**

Expediente subscrito pelo Deputado Jocelito Canto, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, comunicando que o ilustre Deputado Chico Noroeste irá compor a Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, na condição de suplente. **À Comissão Executiva.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Pedro Ivo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elton Welter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente.

Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2464, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, comunicando que estará em viagem ao exterior entre os dias 28 a 30/05/09. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2476, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando a ausência na Sessão Plenária do dia 20 de maio do corrente ano, devido a compromissos inerentes a presidência da Comissão de Saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento n° 2478, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa de Leis para participar da XIII Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, organizado pela UNALE, a se realizar nos dias 27, 28 e 29 de maio do corrente, na Cidade de Belém - Pará, solicitando também o pagamento de passagem e diárias para tal representação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 192/09, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de utilidade pública o Clube de Mães Esperança Viva, com sede no Município de Três Barras do Paraná e foro na Comarca do Município de Catanduvas. **Aprovada. (Publ. no DA n° 040/09, de 28/04/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 197/09, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais ASPM, com sede e foro no Município de Laranjeiras do Sul. **Aprovada. (Publ. no DA n° 040/09, de 28/04/09, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 099/09, de autoria da Bancada do PMDB, que dá nova redação a alínea "A" do artigo 1° e a redação do artigo 3° da Lei n° 15426, de 30/01/07. (Incentivo Fiscal). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM EMENDA DA CF. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, NA FORMA DA SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. (ANEXOS PROJETOS N°S 003/09 E 095/09).

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, no seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, N° 01 À SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AOS PROJETOS DE LEI N°S 003/09; 095/09 e 099/09

Art. 1° Dá nova redação ao artigo 2° da Subemenda Substitutiva Geral da Comissão de Constituição e Justiça aos Projetos de Leis n°s 003/09, 095/09 e 099/09, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando sem efeitos as disposições dos artigos 2° e 3° da Lei n° 15426, de 15/01/07, enquanto vigentes."

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) ALEXANDRE CURI

Apoioamento:

Teruo Kato, Dobrandino da Silva, Caíto Quintana e Mauro Moraes.

EMENDA DE PLENÁRIO, N° 02 A SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AOS PROJETOS DE LEI N°S 003/09; 095/09 e 099/09

Modifique-se a nova redação da alínea a) do artigo 1°, da Lei n° 15426/07, inserida pelo artigo 1° da Subemenda Substitutiva Geral, com a seguinte redação:

"Art.1° (...)

a) manutenção de nível de emprego e vedação de dispensa, salvo por justa causa ou motivação financeira obstativa da continuidade da atividade econômica devidamente comprovada pelo beneficiário do incentivo fiscal."

Sala das Sessões, em 26/05/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Elton Welter, Péricles de Mello e Tadeu Veneri.

JUSTIFICATIVA:

A demissão por ato de indisciplina é uma das modalidades de demissão por justa causa, previsto no artigo 482, da CLT, portanto, a redação na forma do Projeto de Lei n° 095/09, anexo à presente subemenda substitutiva geral, se apresenta mais adequada à técnica legislativa.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 200/09, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública a Associação Espiritualista Mensageiros de Aruanda - ASSEMA, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública o PSL-PR Programa Software Livre Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 214/09, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui no Calendário do Estado do Paraná o Dia do Procurador do Estado do Paraná, que será comemorado anualmente, no dia 29 de maio. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/09, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 212/09 reajusta em 6% os valores dos vencimentos básicos dos servidores, ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Contas do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 306/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Comunitária de Esportes e Lazer Cachoeira da Saudade - ACELCAS, com sede no Município de Roncador e foro no Município de Iretama. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/08, de 08/07/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 306/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Esportes e Lazer Cachoeira da Saudade - ACELCAS, com sede no Município de Roncador e foro no Município de Iretama, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 12/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 202/09, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de utilidade pública a Associação Educacional e Assistencial Gabriela Mistral - AGAMI, com sede e foro no Município de Palotina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 041/09, de 24/04/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 202/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de utilidade pública estadual a Associação Educacional e Assistencial Gabriela Mistral - AGAMI, com sede e foro no Município de Palotina, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 12/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 215/09, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que declara de utilidade pública estadual a Instituição Educacional Mundo das Letrinhas Coloridas, com sede e foro no Município de

São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/09, de 05/05/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 215/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que declara de utilidade pública estadual a Instituição Educacional Mundo das Letrinhas Coloridas, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 12/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2461, de autoria Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, queria aproveitar esse requerimento do Deputado Stephanes Júnior, claro, vamos pedir pela aprovação dele, mas entendo que estamos vivendo no Estado do Paraná, disse isso na semana passada, quando voltei da minha costumeira ida aos Municípios que represento, especialmente da região do Norte Pioneiro. Voltei, na verdade, muito preocupado com a decisão que foi tomada pelo egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sediado em Porto Alegre, sobre a transferência da fiscalização das rodovias federais, na sua maioria delegadas ao Estado do Paraná, que acabou fazendo, através do procedimento licitatório, o pedagiamento dessas rodovias. É o Estado do Paraná, é o povo do Paraná, que mantém essas rodovias, mas por decisão do TRF-4, depois de uma ação feita, promovida pelo Ministério Público Federal, de uma ação decisória, porque de uma ação civil pública, o Estado do Paraná tinha ganho de causa. Mas perdemos a condição de manter a Polícia Rodoviária

Estadual fiscalizando 3 mil e 400 quilômetros de rodovias no Estado do Paraná.

Por um lado é bom que venham novos policiais para o Estado do Paraná, porque o total a ser substituído são 350 policiais militares rodoviários. Não é pouca coisa.

O que é mais interessante se verificar é que não existe efetivo para atender a toda essa demanda, a Polícia Rodoviária não tem esses quadros. O que fizeram, Presidente? Trouxeram policiais do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, Espírito Santo, de Goiás, que vieram com os automóveis que trabalharam em postos da Polícia Rodoviária Federal desses Estados.

O SR PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. se refere à Polícia Rodoviária Federal?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Federal, Sr. Presidente. Estou falando da Polícia Rodoviária Federal, que veio para o Paraná atendendo à decisão judicial. Chegaram aos postos da Polícia Rodoviária Estadual, nas rodovias federais e disseram o seguinte: “Nós temos uma ordem judicial para poder ocupar esse posto da Polícia Rodoviária Estadual, e a partir de hoje nós, Polícia Rodoviária Federal, vamos cuidar dessas rodovias.”

Agora, o que é surpreendente é que no estado democrático de direito temos que cumprir as decisões judiciais. Por que estou falando isso, Presidente? Da minha preocupação. Esses policiais rodoviários federais que vieram para o Paraná, eu conversei com vários deles, primeiro, eles estão perplexos com o fato de terem largado as suas famílias, suas esposas, seus filhos. Conversei com um especialmente, do Espírito Santo, que me disse: “Olha, eu estou constrangido porque tive que vir aqui, ao Norte Pioneiro.”

Por que estou contando essa história, Sr. Presidente? Porque daqui a 30 dias vamos ter retirados os policiais rodoviários estaduais, e não vamos ter efetivo suficiente da Polícia Rodoviária Federal para fiscalizar as nossas rodovias. No Norte Pioneiro temos um problema grave, porque há rodovias, especialmente a BR-369, que é rota de passagem do narcotráfico, a Polícia Rodoviária Estadual é um grande dique de contenção.

A minha surpresa qual foi inclusive? Porque o lugar que eles estavam localizados no final de semana, eu não sei se foi por coincidência ou não, mas onde eles estavam localizados? Exatamente lá na famosa praça de pedágio de Jataizinho. De novo, uma coisa que achei muito interessante. Penso que foi uma coincidência, só isso. Só relatei isso porque espero que não seja uma regra ficar cuidando do pedágio.

Estou dizendo isso, Sr. Presidente, porque sei que os policiais rodoviários federais ganham salário por pontos, não os famosos pontos da carteira, mas pontos que são havidos das multas que são efetivamente aplicadas.

Uma parte variável do salário dos policiais rodoviários federais é pela produtividade dele.

Efetivamente, Sr. Presidente, penso que importante aprovar esse requerimento, para ver se há, por parte dos policiais rodoviários estaduais, algum tipo de pontuação que acaba dando uma receita a mais para o policial. Acho que é interessante isso e quero dizer, Deputado Reni Pereira, que não estou equivocado não, porque eles mesmos me contaram como é que funciona o sistema de remuneração dos policiais rodoviários federais.

Encaminho favoravelmente, acho que é uma boa oportunidade para esclarecer o tema.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão. Está **aprovado** o requerimento do Deputado Stephanes Júnior.

Requerimento n° 2463, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2465, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2466, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2471 a 2475, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2483 a 2485, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2486, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (**A matéria acha-se publicada no final desta ata**)

Requerimento n° 2487, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (**Pela Ordem**)

Queremos convidar todos os Parlamentares que nesta noite, a partir de 19h30, teremos mais uma Audiência Pública do Código Florestal. Será no Município de Araucária. A convite da Comissão da Agricultura e da Deputada Rosane Ferreira, que está ajudando nessa articulação gostaríamos de distribuir o convite a todos os Parlamentares para participarem de mais uma Audiência Pública sobre o Código Florestal.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Tenho uma dúvida, está hoje nas indicações - sempre os Deputados têm usado esse critério de fazer indicações e naturalmente não é votado pelo Plenário - mas o que me chamou a atenção é uma Indicação, do item 17, n° 594/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que

solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Castro.

Mais adiante, na 3ª seção, no item 01, mais uma Indicação n° 528/09, de autoria também do Deputado Ney Leprevost, que solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Castro.

Não sei se pode indicar duas vezes, ou se houve um erro do Deputado. São duas indicações de números diferentes e o aparelho me parece que é o mesmo, ecografia para o Município de Castro. Qual das duas que vale? Até porque sou Deputado de Castro.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vamos mandar verificar se houve algum erro de impressão da indicação do Deputado Ney Leprevost.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar o seguinte: normalmente sobre o tema que o Deputado Jocelito citou, normalmente como Líder do Governo sou cobrado por conta dessas chamadas indicações legislativas, pedindo obras, equipamentos e serviços, que são na maior parte das vezes conseguidas com empenho de Deputados que não estão fazendo aquela indicação legislativa, até porque quem trabalha mesmo, não precisa ficar fazendo essas indicações legislativas. Depois o que acontece é que chega lá na frente, um dia o Parlamentar vai visitar o Município, principalmente quando tem campanha eleitoral, e ele diz: "Olha, eu pedi uma biblioteca para tal Município."

Quero dizer que o que vale mesmo, do ponto de vista do Governo, é que a nossa base o seguinte: o Deputado, por exemplo, Ney Leprevost, é Deputado de Oposição, tem o nosso respeito, fez uma escolha de ser de Oposição, é de Oposição.

É letra morta Deputado Jocelito. V. Exa. sabe: ou é V. Exa., ou é o Deputado Alexandre Curi que representa o Município de Castro. Se o Deputado Péricles de Mello retomar um bom trabalho, poderá continuar esse trabalho junto conosco no sentido de dizer o seguinte: nós valorizamos aqueles Parlamentares que dão sustentação política a este ou a qualquer Governo. Funciona assim. Então, indicação legislativa e nada, para o Governo, quero dizer, é nada.

Os Parlamentares, continuem fazendo esta atuação brilhante que fazem a favor das comunidades, que o Governo sabe muito bem quem tem que ser valorizado, e nós sabemos, quem trabalha de forma efetiva e não fica produzindo papel que não serve para absolutamente nada.

Me desculpem os autores destas indicações, mas que não servem para nada, não servem mesmo. É isso, Sr. Presidente.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (**Pela Ordem**)

Estava atendendo uma pessoa no gabinete, mas vim rápido para o plenário, porque fiquei perplexo, con-

fesso que fiquei perplexo com o discurso do meu amigo Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O dinheiro que o Governo utiliza para construção de Bibliotecas Cidadãs, para construção de creches, para compra de aparelhos de ecografia, é dinheiro público. É dinheiro de todos os paranaenses. Não existe esta estória de que Deputado de Oposição não pode apresentar projeto de indicação. Os projetos de indicação estão dentro do que permite o Regimento Interno desta Casa. Eu continuarei apresentando quantos projetos de indicação me forem solicitados pelos Municípios. E o Governador, isto é constitucional, Deputado Luiz Claudio Romanelli, o senhor estudou Direito, fez faculdade ali na UNIBRASIL, do Cleverson Clève, o senhor sabe que o princípio da impessoalidade é um dos principais princípios da Administração Pública.

O Governador não pode olhar um pedido e dizer: “Este pedido é do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que é do PMDB: vou atender. Ah, não, este Município é o que o Deputado Ney Leprevost trabalha: vou deixar o Município a pão e água, a população vai sofrer.”

Que barbaridade é esta! É uma vergonha e vamos combater isso! Vou me pronunciar contra isso! Vou denunciar, custe o que custar! E vou continuar lutando pelos Municípios que defendo!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 124 e 185/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 306/08, 202 e 215/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 217 e 232/09.

Levanta-se a Sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS, EM SESSÃO DO DIA 26 DE MAIO DE 2009.

Fani, a Dama que fica

Jornal Gazeta do Povo
(Professor Aroldo Murá G. Haygert)

A primeira tentação que temos ao perder um amigo é a de elogiar aquele que nos deixa. “Dos amigos não se diga senão o bem” - o adágio latino apenas reforça essa ideia.

Não fujo à regra ao falar de Fani Lerner. Mas se assim ajo, é antes por absoluto respeito à verdade do que pelo respeito e carinho que por ela tive. Estou certo de que só falaram bem dela todos os que a conheceram, digo sem nenhum medo de errar. Jamais detectei uma restrição de qualquer pessoa a Fani nos meus longos anos de convivência com ela e Jaime Lerner.

Divergências administrativas ela contornava com a sabedoria que só estadistas mostram: argumentava, com doçura, em favor de suas teses, fazendo novos aliados surgirem dos antigos adversários. Seu alvo final é o que interessava: a criança, o adolescente, o idoso, a família.

Usar adjetivos para elogiá-la não é o caso. Muito menos citar estatística e relatórios definidores de sua ação social nas três administrações de Jaime na Prefeitura de Curitiba e nas duas no Governo do Estado. Até conheço boa parte dos números que resumem seu trabalho sem paralelo, porque fiz parte dos Conselhos do PROVOPAR Municipal e do Estadual e dirigi Creche Ana Proveller (que leva o nome de sua mãe), parceria, então, da Prefeitura com o Instituto Ciência e Fé.

Com uma luz própria, ela recorria, no entanto, às vezes, à inventividade de Lerner para apoiá-la em concepções pioneiras que amadurecia e depois transformaria em prática única no Brasil, como o chamado Vale-Creche, resultante de contribuições de empresas para o programa de expansão de creches que desenvolvia em Curitiba com foco nos bairros periféricos. A então Prefeita Luiza Erundina, de São Paulo, esteve entre os que vieram conhecer essa ação de Fani em favor da criança, sobretudo a carente. Reconhecimento que, em 2002 - ela já distante do poder - a Fundação Kellog, dos EUA, tornaria mundial, concedendo-lhe premiação de US\$ 100 mil pelo conjunto de sua obra em favor da infância paranaense. Fani tinha intenção de, em parceria com uma universidade particular, criar um centro de introdução da criança carente às novas realidades tecnológicas. Seria uma espécie de Villette, modelo pedagógico francês.

A conhecida “multimistura” foi outro ovo de Colombo: o alimento resultava da utilização de verduras e frutas que seriam descartados na CEASA. Passando por tratamento adequado, moderna engenharia de alimentos, seria enlatada e abasteceria creches, asilos e escolas, assim como abrigos e albergues do Estado todo. Em cooperação com a fundação Ayton Senna, a multimistura foi uma das marcas mais indetificadoras das preocupações de Fani em combater a fome dos desvalidos com baixos investimentos. Inexplicavelmente (ou terá explicação?), esse programa, cujas benesses não poderão jamais ser avaliadas na exata dimensão, foi desativado pelos novos senhores do Poder estadual.

Mas o que sempre me impressionou em Fani Lerner, foi sua simplicidade, o forte sotaque “leite quente”,

as tiradas linguísticas bem curitibanas a denunciar uma familiaridade surpreendente (para uma filha de imigrantes judeus-poloneses) com a realidade de Curitiba e do Paraná, que ela ajudaria a definir na sua fase. Falava com muito carinho de Irati, onde chegou a morar quando criança e onde seu pai, seu Manoel, comercializava batatas em larga escala. O Manoel que era só saudade no inventário afetivo dela e da família toda. Cedo levado pela morte.

Foi com toda essa simplicidade que mostrou liderança não repetível na ação social da Capital: formulou um amplo, diversificado, atento e fiel voluntário unido a ela e ao PROVOPAR. Voluntários, mulheres na maioria, que deram sangue, suor e lágrimas no atendimento às crianças, em périplos intermináveis, por muitos anos.

Conhecia os curitibanos, sabia das conexões familiares e de seus inúmeros desdobramentos, das ruas da Cidade e de suas peculiaridades, dos usos e costumes, dos longos serões familiares com cadeiras nas calçadas, dos pontos de footing de sua mocidade de normalista do Instituto de Educação, das sessões vespertinas de cinema na João Pessoa, das rivalidades entre os colégios. Era memorialista ímpar: boa parte da vida curitibana vira desfilar a partir do final dos anos 50 na loja A Moderna, que sua mãe tinha na Praça Zacarias. Uma parceria inseparável era a irmã Esther.

Brasileiríssima, não conhecia o polonês. Falava esparsas palavras de iídiche. Sabia, isso sim, quem era quem em Curitiba, desde as lideranças de Vila Lindaio, onde começou a vida lecionando em escola pública, dando jeito quase sempre, de suprir deficiência básica de alguns muito pobres. Com igual simplicidades tratava a todos, o patriciado de Curitiba, os líderes políticos e os socialites do País com que se relacionavam ela e Jaime.

Os últimos dias foram, vividos no apartamento, ao lado de Jaime. Uma espécie de UTI doméstica dava garantia a um tratamento já, acredito, fundamentalmente paliativo. Mas nos olhos tinha brilho forte, dizem os que a viram mais recentemente. A mesma luminosidade que levava aos pequeninos carentes e creches periféricas, aos quais abraçava e beijava o ano todo. E não apenas em tempos de eleições. Assim como, entusiasmo, a via um de seus fãs ardorosos, o taumaturgo místico de vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, Frei Miguel, que um dia me disse: “Fani? Ela é diferente, ela é uma alma nossa.”

O bondoso capuchinho queria se referir, naturalmente, a cristãos exemplares, almas excelsas. Como ele o foi e também era a Fani, que agora retorna à Casa do Pai. Uma singular filha de Israel, semeadora da paz.

Por que as coisas ruins acontecem às pessoas boas?

Jornal Gazeta do Povo
(Belmiro Valverde Jobim Castor)

Desde a semana passada, no velório de Luiz Hamilton Berton, a pergunta que dá título a este artigo, transformada em título de livro pelo Ministro anglicano Melvin Tinker, me persegue. Luiz Hamilton morreu aos

40 e poucos anos, depois de lutar quatro anos contra um tumor de intestino. E essa não foi a única batalha que teve de enfrentar, pois Luigi, o filho tão esperado, dele e de Thaí Lago, um menino lindo, nasceu há cinco anos com uma grave doença degenerativa, que comprometeu irremediavelmente seus desenvolvimento. Uma história triste, uma tragédia para qualquer pessoa. Só que Luiz Hamilton e Thaís se recusaram a ser derrotados pelos infortúnios e transformaram suas vidas num testemunho de coragem, de destemor e de amor ao próximo. Foi como se eles quisessem mostrar que eram guiados por uma força superior, que os conduzia e inspirava a lutar quando todas as probabilidades eram adversas, quando os espíritos mais fracos se dariam por vencidos.

Ontem, no enterro de Fani Lerner, a pergunta me voltou ao espírito com força. Fani, abstraindo tudo o que de importante fez em sua vida (e não foi pouco) era, acima de qualquer outra coisa, uma pessoa boa, incapaz de nutrir sentimentos subalternos, como o rancor, a inveja, o desejo de vingança. Foi uma figura que Aroldo Murá, em um belíssimo artigo nesta mesma Gazeta, definiu como singular. Uma pessoa permanentemente otimista, apesar de ter de conviver com uma rotina de quimioterapias devastadoras, que eliminariam qualquer resquício de otimismo num espírito mais fraco.

Quando chegamos ao salão nobre da Prefeitura, onde a sobriedade solene do esquife no cadafalso e a tristeza infinita de Jaime, seu companheiro de tantos anos, impunham respeito e admiração, comentei com Mário Celso Petraglia e a Eliane, amigos dela durante a vida inteira: “Nós, na minha família, sempre gostamos muito da Fani”. E ele retrucou: “Mas você conhece alguém que não gostasse dela?”. Mário tinha razão: ela era uma dessas poucas pessoas capazes de despertar uma unanimidade de julgamentos positivos. Era capaz também de falar várias línguas e não me refiro às línguas mundanas, o inglês, o francês, mas às línguas dos vários segmentos da população, dos mais simples e dos desprovidos, que encontravam nela uma interlocutora atenta e compreensiva, à língua das crianças, com quem conviveu ao longo de sua vida como professora e que ocuparam sua atenção, competência e carinho durante a vida toda; a das pessoas de espírito, daquelas que são capazes de observar o que vai à sua volta com perspicácia e com humor; e a língua da conciliação e da sagacidade política, com a qual conseguiu amear aliados onde havia adversário e forjar concordância onde reinava a discórdia.

Fani só nos enganou em uma coisa: ao longo desses últimos 14 anos, vez por outra, um ou outro amigo comentava que “a Fani não estava bem”, como se prenunciando o pior. Passado algum tempo, e reencontrávamos, com o semblante marcado pelos sinais evidentes da medicação que havia tomado, mas sempre bem humorada e com o astral permanentemente nas alturas. Tantas vezes isso aconteceu que, quando há algum tempo, alguém repetiu a velha informação, achávamos que havia o costumeiro exagero e que logo a veríamos sorridente, como se

nada a estivesse incomodando. Desta vez não havia exagero. E Fani se foi.

Um recado para ela e para Luiz Hamilton, um jovem professor brilhante, merecedor de ter, junto com a Thaís e o Luigi, o que de melhor a vida pudesse oferecer, mas a quem os desígnios misteriosos do Senhor reservaram provações que não mereciam: vocês não foram derrotados pela doença; depois de lutar tanto contra ela,

vocês mostraram que a doença pode até destruir a matéria, mas nunca derrotar os espíritos luminosos.

Publicação Administrativa:

Pregão Eletrônico

RESUMO DO PREGÃO N° 006/09

LOTE	EMPRESA VENCEDORA	ESPECIFICAÇÕES	VALOR	PROTOCOLO DE PGTO
1	Infoseg Informática Ltda. ME	1.000 Unidades de espiral de 9mm na cor preta; 1.000 Unidades de espiral de 12mm na cor preta; 1.000 Unidades de espiral de 14mm na cor preta; 1.000 Unidades de espiral de 25mm na cor preta;	R\$ 600,00	6685/09
2	Lote Cancelado por não apresentarem propostas	-	-	-
3	Infoseg Informática Ltda. ME	20 Cartuchos de tinta preta para impressora Epson Stylus 900, código TO3011, original da marca da impressora;	R\$ 3.400,00	6684/09
4	Almaq Equipamentos para Escritório Ltda.	06 Unidades de toner para máquina Sharp ar-5015, código AR-016T, original da marca do fabricante da máquina.	R\$ 1.900,00	6803/09

Obs: Por não ter sido apresentada nenhuma proposta para o lote 02 no pregão, o mesmo foi atendido através do Protocolado n° 4033/09.

Diante do exposto, solicito que o presente seja encaminhado ao Sr. Diretor Geral para autorizar a

publicação do resultado do referido Pregão Eletrônico.

Em 21/05/09.

(aa) MARCELO GONÇALVES CORDEIRO - Pregoeiro
LUCI MARTINS AZEVEDO - Equipe de Apoio
DANTE ANTONIO LECHINSKI - Equipe de Apoio

